

VÍVIAN BERTELLI FERREIRA DE OLIVEIRA

**CONDENADOS PELO TRABALHO: O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS COMO
UMA EXPRESSÃO DO TRABALHO INFORMAL**

TOLEDO

2008

VÍVIAN BERTELLI FERREIRA DE OLIVEIRA

**CONDENADOS PELO TRABALHO: O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS COMO
UMA EXPRESSÃO DO TRABALHO INFORMAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

Orientadora: Profa. Ms. Mileni Alves Secon

**TOLEDO
2008**

VÍVIAN BERTELLI FERREIRA DE OLIVEIRA

**CONDENADOS PELO TRABALHO: O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS COMO
UMA EXPRESSÃO DO TRABALHO INFORMAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

BANCA EXAMINADORA

Profª. Ms. Mileni Alves Secon
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª. Ms. Cristiane Carla Konno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 10 de novembro de 2008.

Dedico este trabalho aos “boqueiros”,
“aviões”, “soldados”, “gerentes”,
“olheiros”, “matutos”, “mulas”,
“distribuidores”, enfim, todos os
trabalhadores do tráfico, que fizeram com
que este se realizasse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, “Dona” **Heliana**, minha mãe querida, em que pude minha vida toda admirar, amar, respeitar, compreender, contar, e que me ensinou como ser forte frente a tantas adversidades e que com suas palavras carinhosas, provérbios, frases e “brincadeiras” me mostrou o significado da construção social família e me motiva a viver. Ao “Seu” **Cassiano**, meu pai querido, que com seu jeito parecidíssimo com o meu, sempre me amou, me compreendeu, me deu forças e me incentivou a seguir em frente, a estudar, a não desistir e a quem tenho um grande respeito e amor. À **Vanessa** “piu”, que sempre esteve presente em minha vida e que por várias vezes foi uma segunda mãe para mim, você é uma mulher espetacular, inteligente, forte e guerreira, e que acrescenta significativamente em minha existência, obrigada por tudo e te amo! À **Veri**, por ser esse ser social! Tão amiga, companheira, irmã, saiba que sempre foi minha inspiração, e que mesmo sem saber, tem parte fundante no que sou hoje e que com suas perguntas e questionamentos, contribuições, discussões, me faz crescer, amadurecer, me conhecer, e ser mais forte... a amo muito e a admiro mais ainda! Aos “cus” **Diogo**, por fazer parte da vida de minha irmã e a fazer feliz, e ao **Marcos** “bestinha”, pessoa guerreira, batalhadora, que frente aos tantos problemas consegue ser essa pessoa gentil, prestativa, carinhosa e adorável que é, companheiro de tantos momentos... não só da minha irmã, como de todos... fico feliz por fazer parte de minha família!

À minha avó **Cida** (*in memoriam*) por ser uma mulher maravilhosa, e ter feito parte dos meus 14 anos de vida! A levo sempre comigo em meu coração!

À minha família estendida: Tia Tata, Tio Maurício, Madrinha, Padrinho, Denise, Caio, Mauricinho, Verônica, Fátima, Barbosa... obrigada por me acompanharem por todos os meus 23 anos e por sempre torcerem, acreditarem ou desacreditarem em mim! Sou muito grata a vocês!

Agradeço às pessoas que conheci em Toledo, e que por muito ou pouco tempo fizeram parte de minha jornada no “ciclo do soja”... em especial:

Isa... você é tanta coisa para mim! Irmã, amiga, companheira... sou o que sou por você... por sempre me dar a mão, o ombro ou a cerveja... por me mostrar que existem verdadeiros amigos e que estes são fundamentais em nossa existência. Por ser essa pessoinha tão meiga, doce, grossa, querida, sensível e atenciosa... por acreditar em mim, mesmo nos momentos em que nem eu mesma acreditava, e por ser forte para me agüentar... amiga te amo, este trabalho também é seu!

Raquel... preta do meu coração... entrei na tua família, roubei um “espacinho” lá e ganhei mais uma irmã! Nossa trajetória aqui foi longa, hein? Tantas coisas passamos juntas, mas você é uma pessoa fundamental em minha vida e me faz crescer, me faz ser quem eu sou e me surpreende a cada dia. Guerreira, determinada... você tem o mundo pela frente, aproveite!

Dafiny... “fininha”, irmã! Quanto já te incomodei... quanto já fiz você cuidar de mim! Amote, viu? E você vai ser muito feliz... que essa tua nova jornada seja uma experiência maravilhosa, e espero poder compartilhá-la contigo – de longe ou de perto. Você é muito especial para mim, e adorei poder aprender contigo, sempre!

Ruan... “coração”... te conheci num momento muito importante e difícil de minha vida, mas com seu jeito cativante e amigo me mostrou que o tempo não importa, e agora não consigo mais tirá-lo do meu coração. Este trabalho também é seu... obrigada meu amigo!

Michinha querida... temos uma coisa que ninguém terá... a amizade gravada em nossos corpos... pessoa tão dramática, mas tão companheira, tão grossa e tão amiga! Me estendeu a mão e o coração nos momentos em que mais precisei... estava do meu lado nas horas mais difíceis de adolescente em crise! Obrigada por ter contribuído na minha estada no Serviço Social e ainda bem que saiu daqui! Será uma cantora espetacular! Te amo amiga!

Ao **Cassius**... por ter compartilhado experiências e discussões comigo... por acreditar em mim, me dar força e me incentivar... pelas nossas conversas no bar, nos baquinhos, no DCE... que me fortalecem e me constroem todos os dias... afinal como diz Allende “ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição até biológica”, não é?

À **Cotoquinha**... por ser gentil e meiga e por fazer parte de minha vida!

Ao **Ademir**... meu irmão de tema... que por tantas vezes recorri quando tudo parecia perdido, e que com sua calma, sensibilidade e humildade me mostrou o caminho, e teve paciência comigo! Por nunca ter me deixado desistir, e por sempre ser companheiro! Te admiro imensamente e sei que terá um futuro brilhante teoricamente... meu muito obrigada!

Julicaaaaaaa... achou que eu ia esquecer de ti? Nunca! Minha irmãzinha querida... calma, paciente... brilhante! Me mostra todos os dias a amizade, o carinho, o companheirismo... quantas conversas, debates, desabafos e confidências... Guerreira... espero que se realize em sua vida, e saiba que estarei não importa onde, mas sempre torcendo por você!

Às famílias **Marques** e **Tondo**... por terem me acolhido como filha... e terem feito me sentir menos sozinha! Obrigada pelo amor, carinho, cuidado que me demonstraram! Vocês são como uma família para mim!

Não posso deixar de agradecer à “casa das 5 mulheres”... 5 pessoas tão diferentes, 5 pessoas tão especiais, únicas. “**Dessa**”, obrigada pelas noites em claro, pelas conversas e discussões, pelos acertos e erros, “bah” tu é muito especial. “**Manu**”... companheira da terrinha, meiga, querida, doce, com a qual pude compartilhar coisas boas e ruins, choros e risos, obrigada! “**Sah**”, pessoa forte, amiga e determinada, saiba que é tudo isso e mais um pouco... acredito muito em você! Terá um futuro fantástico e estarei torcendo sempre por ti. “**Déinha**”... o que dizer dessa mulher? Mesmo com tantas diferenças, me mostrou que as semelhanças superam... e compartilhou comigo as melhores coisas da facul... as festas! Obrigada! “**Kel**”, meu muito obrigada!

Não posso deixar de agradecer à **Luh** e **Mel**! Vocês são parte de minha vida, e de minha construção nesse curso... moramos juntas, choramos juntas, rimos juntas, brigamos “juntas”... vocês me mostraram, mesmo que as vezes aos trancos e barrancos, com suas especificidades, que é possível conquistar vínculos e mantê-los frente às adversidades. E cada uma, de uma forma diferente, cativou meu coração... meu muito obrigada!

Deise, **Maurício** e **Ronaldo**... quem diria não é? Construímos laços de amizade aos quais não imaginávamos, mas vocês são parte constitutiva deste trabalho... Pela paciência, carinho, discussões, colo... muito obrigada... este trabalho não teria sido a mesma coisa sem vocês!!!

Ao **Paulo**... meu “pai” postiço... pelas risadas, cervejas, broncas, elogios... muito obrigada!

Agradeço as pessoas que fizeram e/ou ainda fazem parte do meu processo de formação e que contribuíram para que este se realizasse: **Andressa** e **Vanessa** (minhas filósofas preferidas), **Conrado** (neni), **Vani** e **Andréia** (cientistas sociais queridas!), **Tiago**, **Caio** e **Adalberto** (químicos que me ensinam cotidianamente), **Taís** (minha “caloura” preferida), **Cátia** e **Lidi** (parceiras de festa, sala, trabalhos, profissão!!!), **Susie** (amiga, colega de casa, de profissão!), **Kauana** (menina-mulher, com quem pude compartilhar e aprender), **Serginho**, Prof^a **Vanessa** (pelas conversas, e aprendizado contínuo... por ser um exemplo!), **Amandinha** e **Maicon** (pelas cervejas, conversas e por me incentivarem na discussão deste!), **Juliete**, **Fernanda** e **Coca** e **Carla** (por dividirem o espaço privado do “lar” comigo, e terem contribuído no que sou!) **Val**, **Luize** e **Fran** (pela paciência, força, conversas e “brigas”), **Sônia** e **Lia** (por me agüentarem no cantinho todos os dias!!!) e as demais pessoas as quais não conseguiria nominar, valeu!!!

Aos professores e colegas das Ciências Sociais... aprendi muitas coisas com vocês, e levo neste trabalho a contribuição e a acolhida que me possibilitaram nesses dois anos.

Aos meus amigos de Bragança... **Michele** “mocréia” (minha “pata” preferida!), **Diana** (minha irmãzinha querida), **Guaru** (irmão do coração!!!!), **Ed**, **Dudu**, **Tiago**, **Cris**, e tantos outros

que não conseguiria nominar... por me agüentarem... mesmo eu sendo insuportável, depressiva e chata... por fazerem parte do que sou hoje e principalmente dessa conquista! Não a teria sem vocês! Os amo muito!

Aos mestres... professores do curso de Serviço Social... que me mostraram cotidianamente o que eu quero e o que eu não quero ser como profissional... em especial:

À **Vera**... professora, amiga, companheira, militante, guerreira... você foi muito importante nessa minha jornada e sei que também será para o que virá! Te admiro muito, pela profissional competente, comprometida, ética, guerreira, com uma postura clara e firme, pela pessoa que é.

À **Mila**... por ter aceitado minha “guarda” e ter acreditado em mim... por me exigir o melhor e por ter tanta confiança, que as vezes nem eu tinha. Pelas palavras amigas, pelas broncas... por ser minha orientadora! A admiro muito, e saiba que aprendi muito contigo! Meu muito obrigada!

À **Cris**... mesmo tendo me posto para “adoção”... por ter compartilhado minha “guarda”, acreditado em mim e ter sido por muitos momentos um referencial! Seu posicionamento, comprometimento e poesias me inspiram! Obrigada pelos tantos momentos compartilhados, e por ter me mostrado caminhos, quando achava que a única saída era o abismo!

À **Cleo**... por ter me mostrado que há diversas formas de posicionamento, e por ter confiado em mim em tantos momentos... por ter me escutado e sempre me mostrado que sempre temos caminhos a seguir! Te admiro muito, e te desejo os melhores votos nessa tua nova jornada!

À **Zelimar**... por me fazer exercitar cotidianamente compromisso profissional, por ser a pessoa e professora que é! Pelas palavras valiosas que expressou nos momentos angustiantes, e por me agüentar todos os finais de aula cheia de dúvidas! Obrigada!

À **India**... professora, amiga, colega, companheira... você é uma pessoa fantástica! Guerreira, lutadora... me mostra cotidianamente o que é ser Assistente Social!

Ao **Alfredo**... por ter aceito fazer parte da finalização desse processo de formação e ter feito parte de tantos outros, por me exigir o melhor, mesmo sem saber!

Profes **Marize, Rosana, Carmen, Ineiva, Marli, Marilda, Luzinete, Gustavo, Célia, Edson**, obrigada por contribuírem imensamente em minha formação!!!!

Aos funcionários e técnicos da UNIOESTE, que nesses anos me suportaram e fizeram com que minha estada nessa instituição fosse menos dolorosa, em especial às secretárias/estagiárias do curso de Serviço Social: **Martinha, Natália, Taís e Josie**, à **Lucinéia** (CCSA), **Bete** (do financeiro), **Tere** (da biblio), **Hilmar** (do protocolo), **Carminha** (do ponto!), **Elizete** e **Luci** (lab. Disc.), **Clausi** (química), aos “guardinhas” Sr. **Custódio, Dionísio** e **Marcelo** e à todos os outros que não conseguiria nominar!

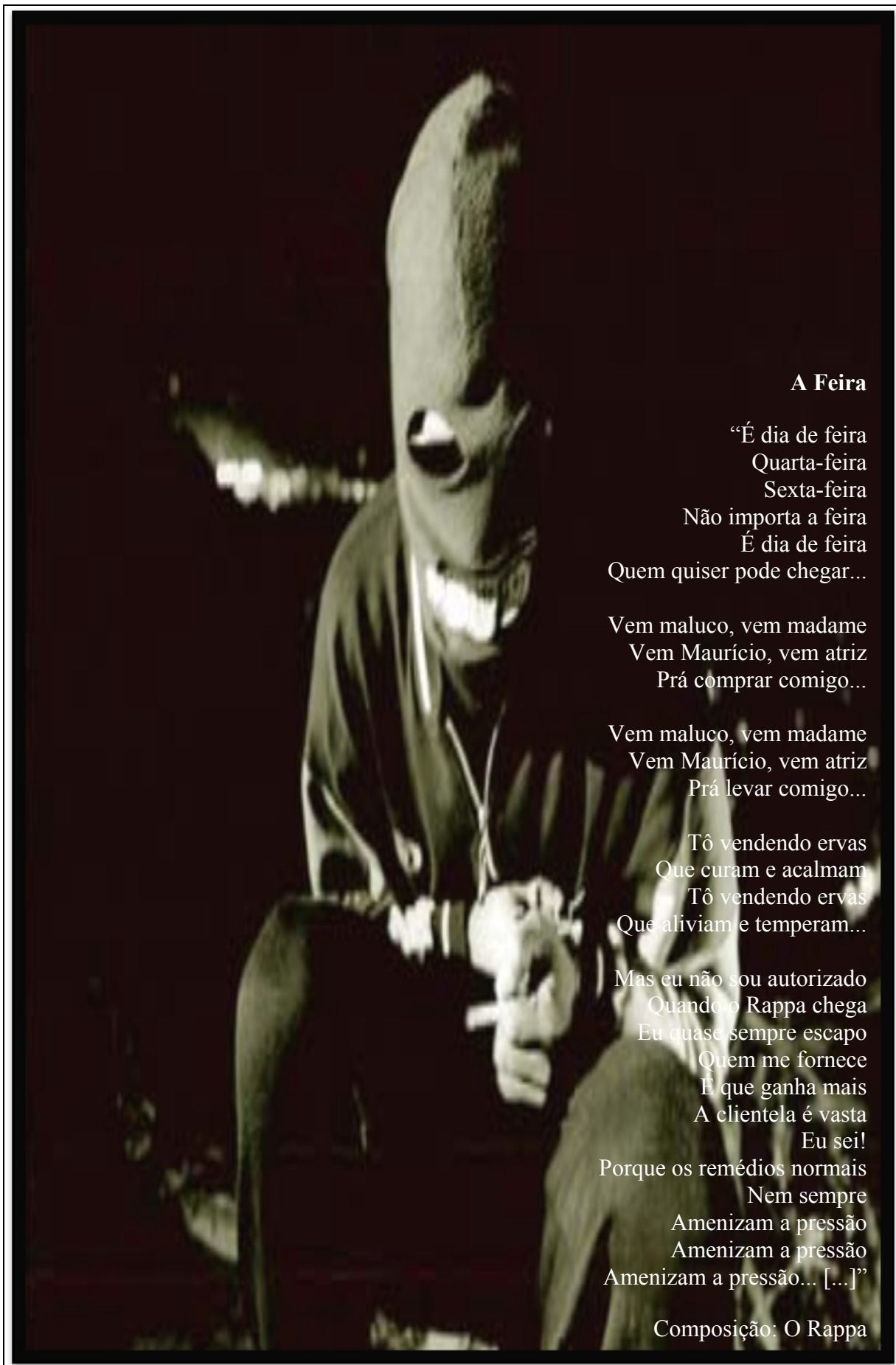
Às pessoas do “movimento estudantil” de Toledo, Rondon, Maringá, Floripa e de tantos outros lugares que conheci... por me ensinarem, me entristecerem, me motivarem... por terem feito parte do que sou e contribuírem para o que ainda posso ser!

À minha “super” **Márcia**... por ter me aceito como estagiária, e ter contribuído em minha formação, aprendi muito com você. E à **Thais**, também por ter me aceito nesse final de ano... com tantas turbulências... obrigada!

À “super” **Arlde**... por ter me possibilitado acompanhar e apreender com seu exercício profissional... pelas palavras amigas, conversas, debates!! Você é muito especial e uma profissional excelente... a admiro!!!

À PIC... em seus diretores, agentes, técnicos... que fizeram parte de minha vida nesses dois últimos anos e me possibilitaram chegar até aqui! Muito obrigada!

E por fim, e não menos importante... agradeço aos **sujeitos de minha pesquisa**... homens trabalhadores e que me mostraram, em todo tempo que pude compartilhar com vocês, o quanto são violentados por esta sociedade. E me fazem querer mais! **Vocês são meus “heróis”!**



A Feira

“É dia de feira
Quarta-feira
Sexta-feira
Não importa a feira
É dia de feira
Quem quiser pode chegar...

Vem maluco, vem madame
Vem Maurício, vem atriz
Prá comprar comigo...

Vem maluco, vem madame
Vem Maurício, vem atriz
Prá levar comigo...

Tô vendendo ervas
Que curam e acalmam
Tô vendendo ervas
Que aliviam e temperam...

Mas eu não sou autorizado
Quando o Rappa chega
Eu quase sempre escapo
Quem me fornece
É que ganha mais
A clientela é vasta
Eu sei!
Porque os remédios normais
Nem sempre
Amenizam a pressão
Amenizam a pressão
Amenizam a pressão... [...]”

Composição: O Rappa

OLIVEIRA, Vivian Bertelli Ferreira de. **Condenados pelo trabalho**: O tráfico ilícito de drogas como uma expressão do trabalho informal. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* – Toledo, 2008.

RESUMO

O presente trabalho versará sobre o tráfico ilícito de drogas e o trabalho informal, para tanto possui como objeto de estudo o crime tráfico ilícito de drogas na sua esfera de comercialização, cometido pelos presos da Penitenciária Industrial de Cascavel, como uma expressão do trabalho informal na sociedade capitalista. A partir disso, partiu-se do estudo do trabalho em sua dimensão ontológica e sua significação ao modo de produção capitalista, para compreender quais as transformações ocorridas nas relações de trabalho decorrentes da crise estrutural do capital na década de 1970, e a informalidade como uma resposta à acumulação capitalista. Posterior a isso, buscou-se compreender o significado do tráfico ilícito de drogas, e entendê-lo na sua esfera de comercialização, bem como uma atividade que é oriunda ao movimento da sociedade capitalista, e está articulada às diversas manifestações da classe trabalhadora frente à contradição capital e trabalho, ou seja, como uma expressão da “questão social”. Em consequência, as implicações e relações que os sujeitos presos na PIC mantêm com o tráfico ilícito de drogas, tanto em relação às atividades profissionais que desempenhavam antes de serem presos, quanto à compreensão do tráfico ilícito de drogas como um trabalho. Para isso este trabalho estrutura-se da seguinte forma: no primeiro capítulo remonta-se o debate acerca do trabalho e suas relações com o modo de produção capitalista, para que num segundo momento, se possa discutir o trabalho informal, e suas reconfigurações na sociedade contemporânea, partindo-se do exército industrial de reserva. Num segundo capítulo, inicia-se a conceituação do tráfico ilícito de drogas, a partir dos autores, para ter-se condições de discuti-lo enquanto uma expressão da “questão social” que se articula a tantas outras, e por fim, relaciona-se os conteúdos debatidos com a análise da pesquisa de campo.

Palavras chave: tráfico ilícito de drogas; crime; trabalho informal.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	PROFISSÕES DOS PRESOS	50
Gráfico 2 -	CRIMES MAIS COMETIDOS	50
Gráfico 3 -	FAIXA ETÁRIA DOS PRESOS POR TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	51
Gráfico 4 -	FAIXA ETÁRIA DA AMOSTRA	51
Gráfico 5 -	ESCOLARIDADE DA AMOSTRA	52
Gráfico 6 -	CRIMES COMETIDOS PELA AMOSTRA	52
Gráfico 7 -	TEMPO DAS PENAS	52
Gráfico 8 -	TEMPO CUMPRIDO DA PENA	53
Gráfico 9 -	TEMPO PRESO NA PIC	53
Gráfico 10 -	COMPOSIÇÃO FAMILIAR DA AMOSTRA	54
Gráfico 11 -	PROFISSÕES DA AMOSTRA	60
Gráfico 12 -	PROFISSÕES DOS FAMILIARES DA AMOSTRA	62

LISTA DE SIGLAS

PIC.....	Penitenciária Industrial de Cascavel
FEBEM.....	Fundação do Bem-Estar do Menor
DEPEN.....	Departamento Penitenciário do Estado do Paraná
LEP.....	Lei de Execução Penal
s/d.....	Sem data de publicação
E.F.	Ensino Fundamental
E.M.	Ensino Médio

SUMÁRIO

<u>RESUMO.....</u>	<u>9</u>
<u>LISTA DE GRÁFICOS.....</u>	<u>10</u>
<u>LISTA DE SIGLAS.....</u>	<u>11</u>
<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>13</u>
<u>1 TRABALHO E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: O TRABALHO INFORMAL COMO RESPOSTA DO CAPITAL.....</u>	<u>17</u>
<u>1.1 TRABALHO: SEU CARÁTER ONTOLÓGICO E SUA SIGNIFICAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....</u>	<u>17</u>
<u>1.1.1 Trabalho: as reconfigurações das relações de trabalho da sociedade capitalista a partir da crise estrutural do capital na década de 1970.....</u>	<u>21</u>
<u>1.1.2 Ofensiva neoliberal e as novas manifestações da “questão social”.....</u>	<u>26</u>
<u>1.2 O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA E A INFORMALIDADE DO TRABALHO.....</u>	<u>29</u>
<u>2 O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS: UMA EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”.....</u>	<u>35</u>
<u>2.1 O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E A VENDA DE DROGAS.....</u>	<u>36</u>
<u>2.1.1 O tráfico ilícito de drogas e a “questão social”.....</u>	<u>42</u>
<u>2.2 O TRABALHO INFORMAL E O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS.....</u>	<u>45</u>
<u>2.2.1 Procedimentos metodológicos.....</u>	<u>45</u>
<u>2.2.2 O tráfico ilícito de drogas e seus sujeitos.....</u>	<u>47</u>
<u>2.2.2.1 Implicações do tráfico ilícito de drogas na vida dos sujeitos.....</u>	<u>54</u>
<u>2.2.2.2 O tráfico ilícito de drogas: trabalho e relações de trabalho.....</u>	<u>60</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>68</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>71</u>
<u>APÊNDICES.....</u>	<u>76</u>
<u>TERMO DE COMPROMISSO.....</u>	<u>89</u>

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o crime tráfico ilícito de drogas na sua esfera de comercialização, cometido pelos presos da Penitenciária Industrial de Cascavel, como expressão do trabalho informal na sociedade capitalista.

Esta aproximação com o objeto de estudo se dá pelo fato da sociedade capitalista brasileira deparar-se com uma conjuntura sócio-econômica e política ajustada pelos arranjos neoliberais, que desmontam os direitos sociais conquistados historicamente pela classe trabalhadora; soma-se a esta realidade o processo de reestruturação produtiva que impõe diversas transformações no mundo do trabalho, precarizando-o, subcontratando-o, tendo a sua maior manifestação no desemprego, no subemprego e no trabalho informal. Tais relações implicam cotidianamente para essa sociedade a exposição do aumento da miséria, da violência, e conseqüentemente da criminalidade.

Sob a reflexão destas expressões da “questão social” que a pesquisadora, como acadêmica do curso de Serviço Social desta Unidade de Ensino, inicia sua trajetória de estudo a partir da construção de uma análise de conjuntura no ano de 2006 sobre o Primeiro Comando da Capital – PCC, aproximando-se do debate sócio-jurídico, que posteriormente, se materializa no estágio curricular obrigatório, na Penitenciária Industrial de Cascavel – PIC nos anos de 2007 e 2008.

Neste espaço, acompanhou-se o desenvolvimento das atribuições profissionais das Assistentes Sociais, mantendo um contato com os sujeitos deste local – os presos – por meio de atendimentos, documentos, prontuários. Com isso, pode-se perceber a grande incidência do crime tráfico ilícito de drogas - tanto isoladamente quanto articulado com outros crimes – e despertou o interesse de estudo por esta forma de crime específica. Porém, entendeu-se também nesse contexto, que a comercialização de drogas ilícitas se caracterizaria como uma forma de condições de garantia de sobrevivência própria e das pessoas que estão em seu convívio, como uma expressão do trabalho informal. Por isso, o presente trabalho versará sobre a temática do tráfico ilícito de drogas e do trabalho informal.

Partindo desses acompanhamentos e definidos a temática e o objeto de estudo, iniciou-se o movimento de formulação das questões pertinentes a este tema e que possibilitassem nortear aquilo que se pretendia desvendar. Para tanto, têm-se como problema central a relação entre o crime tráfico ilícito de drogas e o trabalho informal para a sociedade capitalista, que se desdobra em diversas questões norteadoras, desde entender o que é trabalho

em sua dimensão ontológica e para o modo de produção capitalista, quais as transformações ocorridas no mundo do trabalho após 1970, o que se caracteriza como trabalho informal, o que é o tráfico ilícito de drogas e como se concretizam as relações de trabalho informal com o tráfico ilícito de drogas.

Para tanto, foi-se pesquisar nas legislações vigentes a compreensão do tráfico ilícito de drogas, que tem na lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, em seu artigo 33º da repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, como crime “Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito [...]” (BRASIL, 2008, p. 6). Isso determina que a comercialização de qualquer droga ilegal, é tratada pelo Estado de maneira repressiva e autoritária a partir do estabelecimento de leis, medidas de segurança pública, construções e ampliações do sistema prisional que, segundo Camargo (1990), pode ser entendida como a expressão da organização da sociedade em seu caráter ideológico que embora tenha como estratégia pública “controlar” os crimes, apresenta o obscurecimento de sua finalidade última que é a utilidade do crime sob o ponto de vista político e econômico.

Mesmo sob discursos ideológicos de Adam Smith e David Ricardo, pais da economia política, que condenam o parasitismo, a violência e a economia ilícita como fora do mercado, poderá se perceber no desenvolvimento desta monografia que o tráfico ilícito de drogas, é explicado dentro da lógica de produção capitalista e de suas expressões da desigualdade, ou seja, como uma expressão da “questão social”. (OLIVEIRA, 2004).

Este modo de produção, fundado nas contradições entre capital e trabalho, possui duas classes antagônicas, a qual a classe trabalhadora – numa economia de mercado – possui apenas sua força-de-trabalho “livre”, como mercadoria, para vender em troca de salário. É sob a égide do trabalho que os proprietários dos meios de produção, a classe burguesa, extraem a mais-valia, garantindo seus lucros e sua manutenção enquanto classe. Porém, no desenvolvimento e aprofundamento do modo de produção capitalista, este passa por diversas modificações e reestruturações, com a finalidade de adaptar-se econômica, política, social e culturalmente, garantindo sua hegemonia mundial.

Desta forma, compreende-se o trabalho informal, segundo Antunes (2002) e Tavares (2004) como parte constitutiva do processo de acumulação e reprodução da sociedade capitalista, como uma atividade com forte tendência de crescimento devido às suas características de baixo custo, mas primordialmente por desresponsabilizar o Estado e “patrões” pelo provimento de direitos aos trabalhadores.

Informalidade compreendida por Malaguti (2000) enquanto relações de trabalho as quais não garantem ao trabalhador seus direitos, e as quais o mantêm em condição de assalariamento sem a formalidade e a proteção social.

Com isso, as relações estabelecidas na “indústria” do tráfico de drogas, comparam-se com as relações de produção e reprodução desta sociedade em seu campo formal sob as premissas de exploração, lucros, mas com um caráter informal e ilegal.

Diante disto, este trabalho objetiva-se analisar a relação entre o tráfico ilícito de drogas e o trabalho informal para a sociedade capitalista, e para dar conta deste objetivo, propôs-se a estudar o trabalho para a sociedade capitalista; bem como a funcionalidade da informalidade; além de conhecer as formas manifestas pelo tráfico ilícito de drogas; para então se buscar dados para caracterizar os presos da PIC; entender quais as relações de trabalho que envolvem os sujeitos presos e suas pessoas de convivência; qual a representação do tráfico ilícito de drogas para seus envolvidos; e por fim entender se o tráfico ilícito de drogas é um trabalho informal.

Para isso, este trabalho possui por metodologia a pesquisa exploratória e qualitativa, combinando técnicas de entrevista semi-estruturada com análise documental, utilizando-se dos instrumentos: formulário, documentos, relatórios e leis.

Os sujeitos da pesquisa são os 307 presos da PIC¹, que foram contextualizados em quanto à suas relações de trabalho, bem como quais os crimes de maior incidência na PIC, para posterior identificação de quantos sujeitos são condenados pelo crime tráfico ilícito de drogas. Após essa identificação foi estabelecida uma amostra não-probabilística, dirigida e intencional de cinco presos que foram condenados pelo tráfico ilícito de drogas, e teve como critério o estabelecimento de vínculos com a estagiária/pesquisadora.

Com isso, pode-se determinar que este trabalho esta dividido da seguinte forma: Em seu primeiro capítulo traz uma discussão teórica da dimensão do trabalho, enquanto constituinte do ser social, e seu significado para o modo capitalista de produção. Num segundo momento, às implicações da crise estrutural do capital a partir da década de 1970, que reconfiguram as relações de trabalho e ampliam a expressão da “questão social” desemprego. E num terceiro momento o que se constitui como o desemprego, na formação do exército industrial de reserva, do lumpemproletariado e as novas formas de venda de força de trabalho, sob o trabalho informal.

¹ Ressalta-se que o número de presos da PIC é rotativo, e que estes números foram pesquisados até o dia 30/09/2008.

O segundo capítulo tem como proposta tratar o tráfico ilícito de drogas, a partir de seu debate conceitual, depois caracterizá-lo enquanto uma expressão da “questão social”, articuladas às suas diversas manifestações, e num terceiro momento fazer uma análise dos dados obtidos com a pesquisa de campo, relacionando as relações de trabalho dos entrevistados com as dimensões das relações de trabalho da sociedade capitalista moderna, além de reconfigurar a compreensão do tráfico ilícito de drogas a partir de seus sujeitos e por último relacionar as relações de trabalho informal com o tráfico ilícito de drogas.

A partir deste estudo, pode-se perceber que para os sujeitos, o tráfico ilícito de drogas não é reconhecido como um trabalho, pois o trabalho para estes é entendido como àquele determinado a formatação do capital, mas, sobretudo, protegido com as garantias trabalhistas de uma carteira de trabalho assinada. Nesta perspectiva, a criminalização do tráfico ilícito de drogas impregna a sociedade mistificando as relações que se estabelecem nele e a funcionalidade desta atividade ao capital.

1 TRABALHO E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: O TRABALHO INFORMAL COMO RESPOSTA DO CAPITAL

Considerando o objeto deste estudo, o crime tráfico ilícito de drogas na sua esfera de comercialização, cometido pelos presos da Penitenciária Industrial de Cascavel, como expressão do trabalho informal na sociedade capitalista, o presente capítulo versará sobre o que significa o trabalho no modo de produção capitalista. Este como única forma de atividade produtora de mais-valia ao sistema desta, mas que tem suas relações de trabalho profundamente alteradas a partir da década de 1970 em âmbito mundial.

Para tanto, há a necessidade de caracterizar o trabalho, enquanto dimensão constituinte do ser social, e que a partir do modo de produção capitalista assume um caráter alienado e alienante para o trabalhador e sobre o qual há a possibilidade de apropriação de riquezas por parte dos capitalistas.

Num segundo momento, tem-se a explicitação das transformações societárias que ocorreram na década de 1970, as quais reintroduzem formas de exploração dos trabalhadores sob diversos discursos de seus instrumentos ideológicos de manutenção do capital.

Para então, a partir disso articular a discussão sobre as transformações das relações de trabalho com a produção de desempregados em massa nessa sociedade, e demonstrar que as alternativas de “venda” de força de trabalho se constituem na informalidade.

Para tanto, retoma-se a constituição do exército de reserva nos escritos de Marx e relaciona-o com suas transformações e modificações do desenvolvimento e complexidade das relações sociais capitalistas nas últimas décadas.

Posteriormente traz-se a discussão da informalidade, enquanto setor introduzido a partir da década de 1970, por um organismo internacional de representação do grande capital, e que nos trinta anos posteriores sofrem transformações, representando na atualidade o que Tavares (2004) determina como a forma mais adaptada ao regime de acumulação flexível e principalmente sendo incentivada pelo grande capital, por representar nenhum custo social ao capital em detrimento aos direitos sociais, com ampliação da exploração do trabalhador.

1.1 TRABALHO: SEU CARÁTER ONTOLÓGICO E SUA SIGNIFICAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O trabalho é uma categoria fundamental a compreensão da construção dos seres sociais e da sociedade, pois é através deste que os homens numa inter-relação com a natureza, a transformam e ao mesmo tempo são transformados. Entende-se ainda o trabalho, segundo Netto e Braz (2007) não como uma atividade instintiva ou genética, mas sim como um processo de construção de conhecimentos e habilidades que vão se aperfeiçoando e se complexificando no decorrer do desenvolvimento humano e nas relações entre os homens. No desenvolvimento do trabalho, há a necessidade de utilizar alguns instrumentos de trabalho², que mediam o homem e a matéria prima e/ou bruta, pois essa relação não se dá de forma imediata e sim mediada. E por fim é fundamental que haja necessidades as quais devem ser supridas, e que não possuem um caráter limitado nem estático.

Essas necessidades, que são básicas para a sua existência, as quais os homens possuem, permeiam duas esferas: a do estômago (necessidades fundamentais à reprodução física dos homens) e a da fantasia (encontram-se na esfera subjetiva de reprodução dos homens). E no movimento de suprimento dessas necessidades, os homens pela sua interação vão produzindo novas necessidades.

Para tanto,

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. (MARX *apud* NETTO; BRAZ, 2007, p. 31).

Assim, pode-se afirmar que o trabalho é uma atividade essencialmente humana e inalienável do homem, a qual possui um caráter proposital, intencional e que cria o próprio homem e em consequência, a sociedade a qual conhecemos.

Mas cabe ressaltar que o trabalho só se realiza, segundo Netto e Braz (2007), quando as projeções feitas teleologicamente são executadas, há uma intervenção material, a sua objetivação. É o trabalho, que se realiza nessa interação homem e natureza por meios dos

² O primeiro instrumento de trabalho do homem são suas mãos. E esses instrumentos de trabalho, de acordo com Netto e Braz (2007) não são postos pela natureza, e sim criações desse próprio sujeito, que vão sendo mais elaborados no decorrer da construção de conhecimentos e habilidades desse trabalhador.

instrumentos de trabalho e das relações entre os homens, que o distingue dos demais seres da natureza (orgânicos e inorgânicos), configurando-os em seres sociais e demarcando o caráter coletivo do trabalho, pois o trabalho foi, é e sempre será coletivo.

E é a partir do trabalho que podemos conceber a sociedade, não como um agregado de pessoas, mas como “[...] os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe [...]” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 37). E sua configuração enquanto ser social depreende um movimento de milhares de anos, em que há a distinção entre este e a natureza, num movimento de autoprodução, que configura os seres sociais como produtores de sua história³ e em consequência, como processo de humanização.

Portanto, o ser social vai desenvolvendo e construindo suas manifestações de consciência, que são produtos das determinações estruturais, que possibilitam a este a sociabilidade, por meio da qual interage socialmente e demarca sua distinção em relação aos seres naturais. (NETTO; BRAZ, 2007).

Para tanto, no desenvolvimento social desses seres sociais, como dito anteriormente, há a transformação da natureza para a satisfação das necessidades dos homens, e para que ocorra essa interação homem e natureza, insere-se o(s) instrumento(s) de trabalho. E esse processo de transformação de um produto em outro é denominado como processo de trabalho.

Ele [o ser social] não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais (MARX *apud* NETTO; BRAZ, 2007, p. 31-32).

O processo de trabalho somente ocorre com a imbricação de três componentes fundamentais: a matéria prima e/ou bruta, os instrumentos de trabalho e o próprio trabalho – que têm uma importante finalidade, a de criar valor e colocar em movimento esse processo. Todos os produtos decorrentes desse processo possuem um valor, o qual é denominado valor-de-uso.

³ “[...] o ser social constitui-se na história pela ação dos homens e constitui historicamente o ser dos homens – e só se pode pensar num ponto terminal de desenvolvimento se se pensar numa paragem terminal da história [...]” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 42)

Esses valores-de-uso são determinados por possuírem trabalho humano, terem possibilidade de troca, utilidade e quantidade definidas e podem ser trocados por seus equivalentes relativos, que se constituem em dois produtos quaisquer, mas com equivalente tempo socialmente necessário à sua produção. E este produto que pode ser trocado assume a característica de valor-de-troca, a partir do tempo socialmente necessário à sua produção. Nesse momento das trocas, é que esse produto constitui-se enquanto mercadoria⁴, de acordo com Netto e Braz (2007), que sintetiza o valor-de-uso e o valor-de-troca.

Portanto, quando da ascensão do modo de produção capitalista, nas ruínas da sociedade feudal como um movimento revolucionário, tem-se a constituição de uma nova forma de organização das relações de produção, bem como das relações sociais pautadas na propriedade privada, a qual deriva a apropriação privada dos bens socialmente produzidos.

E em consequência disso têm-se duas classes sociais, antagônicas e contraditórias, que se constituem nessa sociedade: os burgueses, detentores dos meios de produção e personificações do capital; e os trabalhadores, vendedores de sua força de trabalho, ou nas palavras de Marx e Engels (2005) “Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. [...]” (MARX; ENGELS, 2005, p. 46).

Nesse momento criam-se condições para a constituição do trabalhador assalariado “livre”, livre dos laços de servidão da sociedade feudal, livre das condições de suprir suas necessidades básicas, e livres dos meios de produção, tendo, portanto, que vender sua força de trabalho em troca de salários⁵. E por isso:

[...] elas [as condições de produção e reprodução do trabalhador] agora pertencem a um “ser estranho” reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjeta aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição material de produção”. [...]. (MÉSZÁROS, 2006, p. 611).

Nesse sentido, o trabalhador ao vender sua força de trabalho, e produzir novas mercadorias, de acordo com Netto e Braz (2007), possibilita ao capitalista a obtenção de sua

⁴ “Começamos por caracterizar a *mercadoria*: ela é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual [...]” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 79, grifo dos autores).

⁵ Salário é o quanto em dinheiro que o trabalhador recebe para suprir as necessidades do estômago e da fantasia de sua família e sua própria.

finalidade máxima, que é o lucro. E para que o lucro seja obtido, é necessário que este trabalhador seja explorado e, portanto, no desenvolvimento de suas horas compradas produza para além do que recebe, “permitindo” ao capitalista a apropriação de sua mais-valia.

Retomando a contribuição de Mészáros (2006), tem-se que o trabalho e o trabalhador são transformados no desenvolver da sociedade burguesa à “condição material de produção”, entretanto, o trabalhador é categoria fundante e fundamental à produção, pois é pelo trabalho e somente pelo trabalho que se cria valor, que se transforma a natureza.

Mas essa característica se deve às relações sociais que esse modo de produção impõe à classe trabalhadora, em que “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em riqueza e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. [...]” (MARX, 2004, p. 80).

Essa relação se estabelece a partir da divisão social e técnica do trabalho, em que o trabalhador: não se reconhece na mercadoria que produziu, é dominado pelas máquinas e tem o produto de seu “trabalho” apropriado privadamente pelo capitalista.

E o trabalho, por isso, constitui-se enquanto alienado e alienante ao trabalhador⁶, pois o modo de produção capitalista reconfigura a significação do trabalho para o ser social, pois conforme Marx (2004) o trabalho assume um caráter externo ao trabalhador, pois ele não se reconhece nele e este se torna um suplício, pois é um “trabalho obrigatório”, onde sem este o trabalhador não tem condições objetivas de suprimento de suas necessidades.

Entretanto, o trabalho e o trabalhador no desenvolver das forças produtivas têm a significação de suas relações de trabalho e seu próprio trabalho reconfigurados, aos moldes determinados pelo Estado e pelo grande capital. E são estas transformações no mundo do trabalho, que serão explicitadas nos itens que se seguem.

1.1.1 Trabalho: as reconfigurações das relações de trabalho da sociedade capitalista a partir da crise estrutural do capital na década de 1970

A consolidação do capitalismo no Brasil, de acordo com Antunes (2006), se deu de forma atrasada, e teve seu primeiro avanço a partir da “Revolução” de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, pois até esse momento a indústria possuía um papel

⁶ A alienação é um produto histórico, sendo “[...] própria de sociedades onde têm vigência a *divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais*, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é *expropriado* – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de *exploração do homem pelo homem*.” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 45, grifos dos autores).

secundário à exportação e produção cafeeira. Entretanto, somente a partir de Juscelino Kubitschek na década de 1950 é que se tem um segundo avanço, enquanto acumulação de riquezas e produção industrial e com o Golpe Militar em 1964, estabelece-se a industrialização e a internacionalização do capital e de suas relações de produção e distribuição, bem como o aumento do processo de endividamento (com o uso de capital estrangeiro) do Brasil.

Entretanto, segundo Behring e Boschetti (2007), alguns autores como Florestan Fernandes, consideram os acontecimentos do período da década de 1930 não como o marco da revolução burguesa no Brasil, mas como experiências secundárias ao desenvolvimento não tradicional do capitalismo no Brasil, embora já contivessem em germe as relações sociais essencialmente capitalistas. Demonstrando a importância da década de 1950 ao país, justamente com o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, por determinar uma substituição das importações, produzindo internamente os produtos que anteriormente eram providos do exterior, “[...] constituindo dessa forma um mercado interno de trabalho, de meios de produção e de consumo [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 110, nota de rodapé nº 15).

Essa industrialização do país tinha como estrutura fundante “[...] um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos [...]” (ANTUNES, 2006, p.17) o que demarcou o país, a partir de 1950 e mais intensamente com a Ditadura Militar, em determinados períodos como oitava potência industrial, mesmo sob o desenvolvimento de um capitalismo tardio⁷.

Cabe ressaltar que a denominação de um capitalismo tardio ou maduro é determinada por Behring e Boschetti (2007) sob uma gama de fatores, os quais são caracterizados “[...] por um intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas) [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 82)

Entretanto, esse período de avanço do capitalismo no Brasil se desenvolve concomitantemente com uma forma específica de acumulação mundial do capital, que teve seu correspondente político no *Welfare State*⁸ e nas suas políticas sociais. Esse momento

⁷ A concepção de capitalismo tardio é introduzida por Mandel.

⁸ Segundo Behring e Boschetti (2007) o termo *Welfare State* é nascente na Inglaterra na década de 1940, e tem como determinante a regulação e intervenção do Estado das relações sociais e econômicas, entretanto há uma imprecisão, polêmica e divergências para a utilização do termo à determinadas realidades sócio-históricas, bem como não se pode determinar a existência de modelos de Estado de Bem-Estar Social, podendo-se determinar

iniciado a partir da Grande Depressão (1929-1932) e consolidado no pós II Guerra Mundial, tem nesse modelo de Estado a finalidade de reconstrução das nações, marcado por um Estado forte, interventor e propositor de políticas sociais, sob políticas distributivas. Para tanto “[...] o Estado deve intervir na economia de mercado com o fim de diminuir o desemprego involuntário e aumentar a produção [...]” (BIANCHETTI, 2001, p. 24) a partir de uma planificação econômica centralizada e da regulação estatal das relações sociais. Isso significa que esta forma de intervenção do Estado tem como intencionalidade “[...] regularizar o ciclo econômico e evitar assim flutuações dramáticas no processo de acumulação de capital [...]” (ISUANI *apud* BIANCHETTI, 2001, p. 24).

Esse período, permeado pelo fortalecimento do Estado frente ao mercado tem como modelo de produção o taylorismo/fordismo sendo marcado pela produção e consumo em massa. Entretanto, conforme Behring e Boschetti (2007), o modelo de produção taylorista/fordista além de uma mudança técnica da produção, significa uma mudança nas relações sociais.

Pois havia a necessidade de intervenção estatal, em suas várias peculiaridades locais, garantindo à classe trabalhadora (que nesse momento possuía uma grande força de pressão) o avanço da conquista de direitos, e de políticas de “pleno emprego”, contudo possuía um caráter assistencialista.

É necessário esclarecer, que mesmo com os avanços da classe trabalhadora nesses trinta anos, conforme Montaño (1999), os capitalistas - para a obtenção de lucro sob esta base de produção - reduzem os custos por unidade e aumentam a apropriação de mais-valia relativa⁹.

Entretanto, cabe ressaltar, ainda de acordo com Montaño (1999), que esse modelo de Estado de Bem-Estar social, em suas versões aos países de capitalismo tardio, como o Brasil, apontavam apenas algumas diretrizes, e a implementação do modelo taylorista/fordista não se caracteriza apenas como uma necessidade econômica, mas como resultado de disputa política em que o Estado tenta se legitimar socialmente, incorporando determinadas demandas da classe trabalhadora.

sua concretude nos países europeus (Áustria, França, Alemanha, Itália, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Escandinávia), Estados Unidos, Canadá e Austrália. Ainda pode-se afirmar que, segundo Antunes (2002) é caracterizado pelo período em que o Estado cria mecanismos de regulação, e se dá em vários países capitalistas avançados, especialmente na Europa.

⁹ É necessário explicitar nesse momento que, conforme Netto e Braz (2007) a apropriação relativa da mais-valia é uma estratégia de ampliação, ou nos termos de Tauile *apud* Netto e Braz (2007, p. 109, nota de rodapé 16, grifos dos autores) “[...] *incrementar* a extração de valor excedente.” Reduzindo o custo do produto, reduz-se o tempo socialmente necessário à sua produção, acrescendo o tempo de trabalho excedente para apropriação do capitalista.

Contudo na década de 1970 inicia-se um “novo” processo/fase de crise do capital que transforma as relações taylorista/fordista desse modo de produção, aproximando-se do modelo de produção japonês – o toyotismo¹⁰ ou ohnismo¹¹. A implantação dessas novas formas de relações da produção, conforme Antunes (2002), se dão diferencialmente nos países do Ocidente, devido às peculiaridades já existentes, entretanto desenvolvendo técnicas similares e aprofundadas pelos movimentos de reestruturação produtiva e pelo projeto neoliberal.

Assim, os trinta anos gloriosos do capital na década de 1970 chegam ao fim, sob a crise de superacumulação e de estagflação¹², e têm nos modelos keynesiano de Estado e fordista/taylorista de produção a incapacidade de produzir respostas e soluções a essa crise. Para Antunes (2002) a crise da década de 1970 também está relacionada à crescente luta de classes presente no final da década anterior e início dessa década, culminando na confluência desses dois elementos centrais “[...] **o estancamento econômico e a intensificação da luta de classes** [...]” (ANTUNES, 2002, p. 42, grifo meu) como fatores determinantes.

Para tanto, “[...] É para responder a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias.” (NETTO, 1996, p. 90). E nesse sentido pode-se determinar que o capital impõe transformações societárias para responder à sua crise.

Dessa forma, como resposta do capital à crise da década de 1970, concomitantemente com a “decadência” das experiências reais de socialismo e as contradições do Estado de Bem-Estar Social, aponta-se o neoliberalismo como uma contra-revolução monetária e como um movimento de retomada e “evolução” dos princípios do liberalismo clássico, ou seja, instaura-se um “[...] processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo [...]” (ANTUNES, 2002, p. 31)

¹⁰ Segundo Antunes (2002) o toyotismo possui algumas características que o diferenciam dos modelos fordista/taylorista de produção, garantindo que mundialmente a partir da década de 1970 seja implantado ante as peculiaridades nacionais. Por isso, compreende-se como um modelo de produção variada, relacionando-se à demanda, “àquilo que o consumidor quer que seja produzido”; além de ter como característica o não-parcelamento dos trabalhadores sob o trabalho em equipe; uma produção flexível; com o aproveitamento integral do tempo (*just in time*); estrutura horizontal e portanto permitindo que a produção saísse do espaço da fábrica regular, permitindo à produção contratos terceirizados, temporários etc.; os chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) os quais garantem ao capital a substituição de trabalhadores improdutivos como gerentes, fiscais, pelos próprios trabalhadores produtivos, que discutem sobre a produtividade; e a garantia para uma pequena parcela dos trabalhadores produtivos, excluindo mulheres, de emprego vitalício.

¹¹ Sinônimo de modelo japonês ou toyotismo, conforme Antunes (2002) representa o paradigma de produção do engenheiro, Ohno, que criou a Toyota, e conseqüentemente esse modelo de produção.

¹² Por estagflação entende-se “[...] estagnação da produção de bens e alta inflação de preços [...]” (HARVEY, 2002, p. 140)

Caracteriza-se ainda como o período, denominado por Alves (s/d), de mundialização do capital, globalização, ou por financeirização do capital. E essa transformação do capital em mundial, é tratada por Chesnais *apud* Alves (s/d) como produto do processo político vigente e das relações industriais fordistas, a partir da baixa rentabilidade dos investimentos industriais, impulsionando o capital a procurar novas formas de valorização, de globalização, incidindo diretamente no movimento de rotação do capital, sendo caracterizado como parasitário e rentista, mas também como “autônomo” frente ao capital industrial, traduzindo-se na relação contraditória e antagônica entre capital e trabalho (sob a reestruturação produtiva). Essa chamada reestruturação produtiva caracteriza-se como:

[...] uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados. (ALVES, s/d, p. 79)

Contudo esta característica de alterar e principalmente debilitar o mundo do trabalho e conseqüentemente a “classe-que-vive-do-trabalho¹³” – através das estratégias de reestruturação produtiva, acumulação flexível, globalização –, transforma as relações de trabalho em um processo de informalidade (terceirização, subcontratação, cooperativas, entre outras) precarizando-as e flexibilizando-as, como também tem no desemprego sua expressão maior. Reconfigurando e transformando, sob a compreensão de Alves (2005), a significação do existir humano.

O que nos cabe salientar é que sob a crise a qual o capital é engendrado, de acordo com Antunes (2002), sua resposta é meramente na superficialidade, com a finalidade de retomar e ampliar os padrões de acumulação – cujo é objetivo máximo do capital –, alterando somente as relações de produções vigentes nos trinta anos anteriores e seus rebatimentos societários, entretanto sem mencionar ou considerar que esta é provocada pela condição intrínseca ao modo de produção capitalista que é a contradição e o antagonismo entre capital e trabalho. Para tanto sua crítica pautava-se, conforme Harvey (2002), na superficialidade da rigidez do modelo taylorista/fordista de produção e keynesiano de Estado.

Entretanto, para que essas transformações societárias ocorressem, e o capitalismo pudesse alterar as relações sociais das décadas anteriores, em âmbito mundial, alguns acordos

¹³ Termo utilizado por Antunes (2006); (2002). Entretanto, conforme Antunes (2002) esse termo significa uma reconfiguração do termo classe trabalhadora de Marx englobando as diversas expressões do trabalho assalariado da sociedade contemporânea, não restringindo-se ao conceito proletariado, o qual Marx, determina como apenas os trabalhadores produtivos, que são subjugados pelo capital, que se apropria de seu sobre-trabalho.

foram estabelecidos, e têm-se no “Consenso de Washington” de final da década de 1980 um importante representante.

Este “Consenso” criado nos Estados Unidos:

[...] sintetiza um conjunto abrangente de princípios, metas e regras a serem aplicados aos diversos países e regiões do mundo capitalista, para que se “ajustem” econômica e politicamente ao novo capitalismo global, reordenado sob a égide da doutrina neoliberal e do predomínio norte-americano. (JINKINGS *apud* ALVES, 2005, p. 40, nota de rodapé nº 22).

Portanto, entende-se que este “acordo” firmado internacionalmente possibilita o avanço e consolidação desse “novo” padrão de acumulação e organização da sociedade e que, de acordo com Antunes (2006) aprofunda no Brasil o processo de reestruturação produtiva. Concomitantemente, de acordo com Iamamoto (2008), os organismos internacionais utilizam-se de duas estratégias: as dívidas públicas e a bolsa de valores; para impor aos países uma política de ajuste estrutural, determinando-os como um molde de crescimento.

1.1.2 Ofensiva neoliberal e as novas manifestações da “questão social”

Iamamoto (2008) articula o desenvolvimento da sociedade capitalista monopolista nas últimas décadas ao processo de mundialização e financeirização do capital, que atrela à sua consecução o neoliberalismo, a reforma do Estado, as transformações no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva.

Este se manifesta em duas fases peculiares, a qual a primeira está imbricada o aumento e a exploração da dívida pública, com a qual os Estados Unidos da América por intermédio de suas agências internacionais – criadas em encontros mundiais – FMI e Banco Mundial, conseguem impor aos países uma política de ajuste estrutural como forma de modernização e adequação à realidade mundial. Num segundo momento, têm-se a estratégia de compra e venda de ações na bolsa de valores pelos organismos financeiros, que subjagam a esfera produtiva, impondo normas para seu desenvolvimento. (IAMAMOTO, 2008).

Estas duas fases aprofundam o capitalismo em sua fase financeira, bem como acentuam as contradições entre capital e trabalho que se manifesta sobre a “questão social” e sobre a composição da força de trabalho. (IAMAMOTO, 2008).

Com isso, pode-se afirmar, conforme Soares (2002), que essa política de ajuste estrutural imposta, tem como finalidade a liberalização, a privatização e a soberania do mercado; e que em suas bases, sob as Reformas do Estado, determina a privatização, descentralização, focalização, além da utilização de órgãos da sociedade civil como forma de substituição do Estado, desresponsabilizando-o. Este Estado assume um caráter mínimo e satânico para o desenvolvimento das suas funções sociais, caracterizando cortes e modificações no caráter público dos serviços sociais, não significando, entretanto, um impacto sobre o gasto público e transformando direitos (saúde, educação, trabalho etc.) em serviços e/ou mercadorias.

Por isso, sob uma análise crítica do projeto neoliberal e seus rebatimentos nas relações sociais que se estabelecem sob sua égide, podemos afirmar que este produz uma gama de “conseqüências” ou “[...] fenômenos a ele associados: **desemprego**, exclusão social e política, esvaziamento dos fundamentos democráticos, perda de direitos trabalhistas etc. [...]” (MONTAÑO, 1999, p. 101, grifo meu).

Até mesmo sob a forma de acumulação flexível, inserida nesse modelo, há uma gama de determinações, como a “[...] ‘divisão de mercados, o **desemprego**, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica’ [...]” (HARVEY *apud* ANTUNES, 2002, p. 50, grifo meu).

Pode-se afirmar, portanto, que essas políticas de ajuste estrutural, em países com um capitalismo tardio e periférico, os quais não constituíram um *Welfare State*, tiveram, conforme Soares (2002), um caráter muito mais econômico no sentido de abertura comercial, desterritorialização da produção, desemprego, do que por parte dos ajustes no âmbito das políticas sociais (pois estas desde sua constituição já possuíam um caráter fragmentado e pontual, o que foi somente reafirmado).

Esta característica de ajuste econômico produz modificações ao mercado de trabalho de dimensões estruturais e são implantadas no país a partir da década de 1990 com o Governo de Fernando Collor de Melo e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso:

[...] o receituário neoliberal é uma realidade concreta no Brasil. As estratégias políticas e econômicas do governo Collor desenvolveram-se neste contexto e concretizam-se num amplo programa de estabilização e reformas institucionais de cunho liberalizante, [...] já no próximo governo – de Fernando Henrique Cardoso –, a concretização do prenúncio proclamado: ocorre um aprofundamento da abertura do sistema financeiro nacional ao capital estrangeiro, consolidando a implementação de programas neoliberais no Brasil. (ALVES, 2005, p. 43).

Sob as relações de produção capitalistas a partir da inserção e utilização de novas tecnologias na produção e de sua reestruturação há um crescimento da “[...] *força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital*. [...]” (NETTO, 1996, p. 92, grifos do autor), significando o aumento do exército industrial de reserva, o desemprego estrutural. E até mesmo com a contribuição de Husson (*apud* IAMAMOTO, 2008), de que esse momento particular do capitalismo – sua fase de mundialização, financeirização, neoliberalismo, toyotismo – representa à classe trabalhadora a indissociabilidade do desemprego, e de seu crescente aumento.

Mas, tratemos um pouco mais a expressão da “questão social” sob a forma do desemprego, que nesse período específico do desenvolvimento capitalista pode ser compreendido como a expressão maior das contradições entre capital e trabalho, conseqüentemente, confrontando o capital cotidianamente, conformando-se enquanto um problema a ser enfrentado pelos capitalistas, com a finalidade de manutenção e garantia hegemônica desse modo de produção.

O desemprego, de acordo com Pochmann (2006), tem como uma de suas causalidades a desestruturação do mercado de trabalho, estando presente em todos os segmentos sociais. Além disso, essa desestruturação também é ocasionada pela redução/enxugamento dos postos de trabalho formal, bem como os de melhor qualidade.

Ainda sob a compreensão de Pochmann (2006), além da desestruturação do mercado de trabalho, três componentes sustentam a crise do emprego no país: o desemprego em massa, a novidade do desassalariamento e as ocupações precárias. Podendo-se considerar que esta experiência vivenciada pelos trabalhadores perpassa a forma de desenvolvimento atual da sociedade capitalista mundializada e neoliberal, recaindo sobre todas as formas na informalidade do trabalho.

Mas não se pode afirmar que o desemprego, em sua dimensão atual num contexto neoliberal, é expressão nova do capitalismo. Ele é constitutivo do modo de produção capitalista.

Retomando a dimensão genérica do desenvolvimento do modo de produção capitalista, em sua lógica de acumulação e sob estratégias para a reprodução ampliada do capital¹⁴, constitui-se o que “[...] Engels, inspirado pelos cartistas ingleses, designou como

¹⁴ “A forma típica de reprodução no MPC [por MPC entenda-se Modo de Produção Capitalista] é a **reprodução ampliada** (ou alargada). Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala da sua produção de mercadorias (aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho etc.)” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 125, grifos dos autores).

exército industrial de reserva – ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho.” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 132, grifos dos autores). Portanto, pode-se afirmar que a formação de um exército industrial de reserva (superpopulação relativa ou desempregados) é condição inerente ao desenvolvimento capitalista e produto de suas relações sociais de produção, com maior amplitude ou diminuição, no desenvolvimento decorrente das relações históricas de desenvolvimento do capital sob a produção.

De acordo com Montaño (1999), numa relação formal de assalariamento, a “mercadoria” que se insere nessa relação é a força de trabalho, em contrapartida numa relação de trabalho informal – o qual compreende as novas/velhas formas de exploração do trabalhador – se compra e vende o produto do trabalho, a mercadoria. Com isso, pode-se afirmar que o capitalismo, utiliza-se de diversas estratégias – principalmente ideológicas e legais/jurídicas – para apropriação, aumento da exploração, centralização e concentração de capital¹⁵ reconfigurando seus modelos de acumulação, estabelecendo-se sob uma forma flexibilizada.

E ainda afirmar que essas estratégias de concentração e centralização do capital, de acordo com Iamamoto (2008) representam a tendência do capital monopolista à mundialização, às fusões das empresas transnacionais, que à luz no neoliberalismo têm no mercado uma esfera livre e desregulamentada, conformando sua dominação social e política e com isso definindo as formas de cada vez mais acumular, expropriar do trabalhador a mais-valia e “[...] na definição das formas de emprego assalariado, na gestão da força de trabalho e no perfil do mercado de trabalho.” (IAMAMOTO, 2008, p. 108).

1.2 O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA E A INFORMALIDADE DO TRABALHO

O desenvolvimento do modo de produção capitalista produz inúmeras contradições e se pauta na exploração da força de trabalho para constituir-se enquanto sociedade “produtora” de lucros. Para tanto, no desenvolvimento da sociedade, os trabalhadores (seres sociais que possuem somente sua força de trabalho para “vender”) são expurgados dos meios de produção (instrumentos de trabalho e matéria-prima e/ou bruta) e

¹⁵ Concentração e Centralização de capital, de acordo com Netto e Braz (2007), são movimentos inerentes ao desenvolvimento capitalista e caracterizam-se, o primeiro pela expansão da acumulação de massa de capital (que somente é ampliada pela apropriação de mais-valia), e o segundo pela constante tendência de junção dos vários capitalistas (os cartéis, trustes, holdings), aumentando o capital. Essas duas características, conjuntamente, possibilitam a formação dos monopólios.

tornam-se dependentes do capitalista (detentores dos meios de produção e compradores da força de trabalho) para conseguirem seus meios de subsistência. Entretanto, como constitutivo do próprio desenvolvimento das forças produtivas dessa sociedade burguesa, há a produção de uma quantidade de trabalhadores que não têm espaço para vender sua força de trabalho, e constituem-se enquanto trabalhadores desempregados ou um exército industrial de reserva.

Para tanto,

[...] A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social. [...] (MARX, 1980, p. 738-739)

Se este exército industrial de reserva é produto do próprio desenvolvimento das relações estabelecidas nesse modo de produção, e sua incidência ocorre de acordo com os moldes de acumulação social, percebe-se que a partir da década de 1970, com a ascensão do modelo taylorista de produção, sob a luz da teoria neoliberal, o aumento desse exército se dá por duas estratégias específicas: para diminuição do capital variável no processo de produção (através de seus mecanismos de exploração do sobretrabalho) e para enfraquecimento da classe trabalhadora (pois no período denominado de “trinta anos gloriosos”, os trabalhadores a partir de seus órgãos de representação de categorias profissionais iniciam um movimento de resistência e pressão, com a finalidade de ampliação e garantia de direitos sociais, que para os capitalistas não interessava).

Entretanto, esse exército industrial de reserva ou superpopulação relativa (nos termos de Marx) possui algumas formas particulares de desenvolvimento:

A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais que se reproduzem periódicamente [sic] assume ela, continuamente [sic], as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada. (MARX, 1980, p. 743).

Estes trabalhadores de reserva do processo produtivo do capital são, nas palavras de Netto e Braz (2007, p. 135), componentes inelimináveis do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas. E são configurados da seguinte forma:

Nos centros da indústria moderna, fábricas, manufaturas, usinas siderúrgicas e minas etc., os trabalhadores ora são repelidos, ora atraídos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número dos empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção. Aí a superpopulação assume a forma flutuante. (MARX, 1980, p. 743-744).

A forma de superpopulação relativa flutuante, ainda tem possibilidade de ingressar no mercado formal de assalariamento, e desenvolve-se de acordo com o movimento das forças produtivas e do período histórico do capitalismo. Entretanto:

Quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminui, à medida que se acumula o capital que nela funciona, a procura absoluta da população trabalhadora rural. Dá-se uma repulsão de trabalhadores que não é contrabalançada por maior atração, como ocorre na indústria não-agrícola. Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência [...] Mas, seu fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente [...]. (MARX, 1980, p. 745).

Enquanto essa superpopulação latente, expurgada de suas atividades agrícolas, é “empurrada” à zona urbana, e às atividades de produção das indústrias urbanas, podendo ou não fazer parte do proletariado, bem como inserir-se em atividades improdutivas ao capital (por não produzir mercadorias, e com isso não produzir mais-valia), que cumprem a finalidade de reproduzir o modo de produção capitalista e de reproduzir força de trabalho disponível a ser comprada.

E por último, e em situações de pauperismo e que culminam em “encargos” à própria classe trabalhadora (ativos e reserva) encontram-se os trabalhadores de reserva sob a forma estagnada:

A terceira categoria de superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de fôrça [sic] de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência. [...]. (MARX, 1980, p. 746).

Inseridos nessa forma peculiar de superpopulação relativa, que segundo Marx (1980) é composta por essas três categorias, encontra-se o chamado *lumpemproletariado*, os quais podem ser definidos como os vagabundos, os criminosos, as prostitutas.

Mas haja vista as transformações sociais ocorridas nessa última fase do capitalismo, as quais estão sendo vivenciadas, que retoma as “velhas” formas de exploração do trabalhador, Soares (2002) vem demarcar a configuração de uma “nova pobreza”. E como contraponto Netto (1996) aponta que esses “novos” trabalhadores compõem um universo heterogêneo, e que isso não constitui a consecução de uma nova pobreza, ou subclasses, ou um novo *lumpemproletariado*, mas que estes atuam “[...] nas bordas da ‘sociedade oficial’, eles [os trabalhadores] se vêem e são vistos como uma ‘não-sociedade’ ou uma ‘contra-sociedade’ – e assim interatuam com a ordem.” (NETTO, 1996, p. 96).

Cabe fazer uma demarcação importante, principalmente nesse estudo, de que “O próprio *lumpemproletariado* se metamorfoseia – pense-se, por exemplo, na organização ‘empresarial’ de atividades ilícitas e/ou criminosas, bem como na sua interação com o mundo da ‘economia oficial’.” (NETTO, 1996, p. 96, grifo do autor, nota de rodapé nº 19).

Esses trabalhadores desempregados ou que nunca tiveram participação sob as relações formais de trabalho, nas palavras de Lira (2002), são vistos como “sobrantes” ao processo de produção, e encontram na informalidade a forma de serem “incluídos” nesse sistema. Para tanto, Braverman (1980), nos demonstra que essa população “sobrante” ou esse exército de reserva é tido, pelos defensores do capital, como “natural” ao desenvolvimento do capital e essa condição, deixa aos trabalhadores somente como alternativa, a procura por outras formas de inserção no mundo do trabalho.

Por isso, nesse período em que há um desmantelamento dos direitos de cidadania, das condições de vida dos trabalhadores, parece-se adequado afirmar que há a propagação “[...] por todos os poros da economia o fenômeno da informalidade. [...]” (MALAGUTI, 2000, p. 63), em que se apresenta como alternativa aos trabalhadores desempregados, ou àqueles cujo preço da venda de sua força de trabalho não possibilita a manutenção do trabalhador e seus familiares.

Com isso, como forma de subsistência dessa classe que somente possui sua força de trabalho para vender, surge um setor que a partir de 1970, sob iniciação da Organização Internacional do Trabalho – OIT – entidade representante dos interesses do grande capital, mas não-estatal, denomina-se “setor informal”. Neste setor, segundo este organismo, são desenvolvidas atividades de estrita sobrevivência e de organização familiar, mas que

funcionam paralelamente ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (OIT *apud* TAVARES, 2004).

O que se percebe, conforme Tavares (2004) num movimento teórico recente (a partir da década de 1990), é que esse setor, sob as diversas transformações sociais das últimas três décadas, sofre diversas alterações e ingressa não mais como atividade intersticial do capitalismo, mas como parte constitutiva do desenvolvimento capitalista, como força de trabalho à venda, e cujo espaço, devido as suas peculiaridades possibilita a extração combinada de mais-valia relativa com mais-valia absoluta, além de possuir atividades produtivas e improdutivas ao capital, cujas tem a finalidade de produção e reprodução material dessa sociedade.

[...] Contudo, deve ser ressaltado que não se deve confundir a característica de “flexibilidade externa” ou informalidade que marca historicamente nosso mercado de trabalho, como um fenômeno desvinculado do desemprego, ou como pretexto para considerar este último sendo de pouca importância. Ou seja, a precarização do trabalho, que se alastra sob a condição de informalidade, não é um fenômeno desvinculado do desemprego, mas é produzido através dele. O fato de a “informalidade” das relações de trabalho amortecer os impactos sobre as taxas de desemprego aberto, apenas expõe as formas “ocultas de desemprego”. [...]. (MENELEU NETO, 1998, p. 102-103)¹⁶.

No Brasil, esta tendência relaciona-se com o período de abertura democrática e conquistas de direitos sociais (sob a luz da Constituição Federal de 1988) em contradição com o movimento crescente de informalização e de introdução de políticas neoliberais.

Por isso, para Malaguti (2000) tudo que se passa para além da legislação trabalhista é considerada integrante da informalidade. E ainda para este autor, a informalidade e a formalidade “[...] coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis.” (MALAGUTI, 2000, p. 101), não concordando com a setorialização presente nos discursos oficiais para definição das relações de produção.

Uma vez que o capitalismo consegue, segundo Tavares (2004), aumentar a exploração do trabalho mesmo sob relações que “negam” em sua aparência as formas clássicas de compra e venda da força de trabalho, há uma tentativa crescente, por parte dos

¹⁶ “Os conceitos de desemprego aberto e desemprego total desencadearam, no início dos anos oitenta, uma polêmica sobre as metodologias de mensuração do desemprego em uso no Brasil. Através do desemprego aberto, considera-se como desempregados todos aqueles trabalhadores que estavam procurando trabalho e que não estavam realizando qualquer espécie de trabalho episódico. No desemprego total, considera-se não só o desemprego aberto como também diversas formas de desemprego oculto, onde a procura por trabalho se dá com a realização de trabalho precário e/ou sob outras condições que também caracterizam formas disfarçadas de desemprego.” (MENELEU NETO, 1998, p. 103, nota de rodapé nº 38).

organismos de defesa do capital, em analisar o trabalho informal como algo para além da relação antagônica e contraditória entre capital e trabalho, refutando que a informalidade seja ditada pelo grande capital. Mas isso é somente um artifício utilizado para negar a exploração do trabalho, por isso, afirma-se que “[...] A informalidade não é exterior à produção capitalista. Ao contrário, é inerente a esta formação social. [...]” (TAVARES, 2004, p. 109).

Demonstrando que os trabalhadores tornam-se impotentes “[...] frente às imposições do mercado liberal/informal [... o qual] a população trabalhadora deve aceitar qualquer tipo de ocupação e remuneração [...]” (MALAGUTI, 2000, p. 69), garantindo a precarização das relações de trabalho.

Entretanto, conforme Vasapollo (2006), essa flexibilização das relações de trabalho, que culminam na precarização do trabalhador são imposições à força de trabalho, e constituem-se num mercado ilegal, que se inserem na cotidianidade sob a forma de trabalho atípico¹⁷.

Essas formas de trabalho, conforme Alves e Tavares (2006), as quais são denominadas de informalidade, podem ser apreendida sob três aspectos, os quais são: os trabalhadores informais tradicionais, os trabalhadores assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria. Esses trabalhadores informais tradicionais subdividem-se em: trabalhadores menos instáveis (que possuem um conhecimento acumulado, mesmo que mínimo, de determinadas funções, atividades profissionais) que geralmente se concentram na esfera da prestação de serviços, como pedreiros, costureiras, mecânicos etc.; trabalhadores instáveis, que desenvolvem atividades temporárias, com remuneração geralmente por peça, unidade; e os trabalhadores ocasionais ou temporários, que se inserem nessas atividades informais quando estão desempregados, mas que têm como intencionalidade o retorno ao mercado formal de assalariamento.

Já os trabalhadores assalariados sem registro, constituem-se enquanto modalidade de precarização das relações de trabalho e principalmente configuram-se enquanto forma de trabalho não regulamentado pela legislação trabalhista, o que significa que esses trabalhadores não têm garantido os direitos e proteção sociais. (ALVES; TAVARES, 2006).

E os trabalhadores por conta própria, enquanto modalidade não recente, mas que se reconfigura nas últimas décadas como reposta do capital para desmontar a classe-que-vive-do-trabalho, e servir aos interesses do grande capital, com as formas de exploração mais

¹⁷ Para Vasapollo (2006) o denominado trabalho atípico, que se caracteriza por essas novas formas de desenvolvimento da força de trabalho em um contexto de mundialização e flexibilização do capital, são as diversas expressões do trabalho como resposta à sociedade capitalista, com a finalidade de acumulação capitalista e exploração do trabalhador. Nesse sentido, pode-se compreendê-lo como as diversas modalidades da informalidade do trabalho, com desproteção, desregulamentação legal.

intensas e podem ser desde atividades familiares, pequenos ofícios, pequenos comércios e/ou atividades ocasionais diversas. (ALVES; TAVARES, 2006).

Por isso, assim como o trabalho formal, o trabalho informal está submetido às determinações do capital. E como comprador da força de trabalho, pode-se afirmar que, sob relações informais, o trabalho também se constitui enquanto mercadoria, e conforme Tavares (2004) concretiza-se como a plenitude do fetichismo da mercadoria.

Cabe lembrar, conforme Malaguti (2000), as bases da produção capitalista, em que quanto menor a procura por determinadas mercadorias, menor será seu preço. Para tanto, com o aumento da disponibilidade da mercadoria força de trabalho – sob a forma de trabalhadores desempregados e/ou informais –, menor será seu preço, e mais imposições o capital consegue submeter ao trabalhador.

Como também de acordo com Tavares (2004), o aumento da produção também faz com que se diminua o preço das mercadorias (produto e força de trabalho), garantindo ao capitalista melhores condições para sobreviver à competição do mercado, subordinando ainda mais os trabalhadores informais, resguardando-os à maior instabilidade e insegurança.

Para tanto, a informalidade, segundo Lira (2002), gerada por essa situação de instabilidade, ainda produz uma maior segmentação da classe-que-vive-do-trabalho e fragiliza ainda mais sua compreensão como trabalhador, sua identidade como trabalhador, essas condições alteram os parâmetros de sociabilidade, além de situá-los na contracorrente dos direitos sociais postos na Constituição Federal de 1988.

Não obstante pode-se dizer que “[...] Em um país cuja Seguridade Social é uma ficção jurídica, estes trabalhadores expulsos do sistema salarial formal vêm-se obrigados a penetrar no mundo da informalidade, das transações ilícitas, da pequena marginalidade e mesmo do crime.” (MALAGUTI, 2000, p. 64-65).

Então, parafraseando Lira (2002), pode-se afirmar que a informalidade, sob o ponto de vista das legislações fiscais é uma atividade ilegal, por não responder ao sistema tributário, por isso “Podem também serem consideradas ilegais as chamadas atividades ilícitas, como tráfico, contrabando etc.” (LIRA, 2002, p. 143).

2 O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS: UMA EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”

O presente capítulo versará sobre a dimensão do tráfico ilícito de drogas para a sociedade brasileira, a partir do que se propôs como objeto de estudo, entendendo essa

atividade a partir de uma leitura crítica da realidade, pautada na contradição entre capital e trabalho.

E para tanto, entende-se o tráfico ilícito de drogas como produto da sociedade capitalista, que em seu desenvolvimento constitui e está imbricado com diversas outras expressões dessa contradição entre capital e trabalho, como violência, desemprego, criminalidade, ou seja, nas manifestações da “questão social”.

Inicialmente, há de se esclarecer que neste estudo será utilizada a terminologia tráfico ilícito de drogas, ante tantas outras denominações¹⁸ como movimento, tráfico, narcotráfico, varejo, pois após a investigação sobre o assunto, esta opção se pauta na denominação expressa pelas leis que regem a ilegalidade da atividade. Salientando que conforme Forte (2007) a separação das drogas em lícitas e ilícitas é um movimento do século XX.

Por isso, sentiu-se a necessidade de ressaltar que esta pesquisa a partir de critérios teórico-metodológicos, se materializará, na dimensão da venda, da comercialização das drogas e de seus vendedores. Conforme Magalhães (2000), no âmbito do varejo.

Entretanto para que se compreenda essa dimensão, tem-se que esclarecer os aspectos em que se pautam o tráfico ilícito de drogas, para posterior centrar-se na discussão do varejo das mesmas.

Podendo-se afirmar, portanto, que o tráfico ilícito de drogas, é uma forma de explicitação da classe trabalhadora de suas necessidades e demandas, as quais o modo de produção capitalista não consegue responder. Tendo que se pautar em atividades ilegais para o suprimento das mesmas.

2.1 O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E A VENDA DE DROGAS

A utilização das chamadas drogas pelas sociedades data de um longo tempo, e possui um caráter cultural, religioso, espiritual. Porém, a partir da constituição do modo de produção capitalista em âmbito global, com as chamadas Revoluções Burguesas (Revolução Francesa e Revolução Industrial), ascende uma nova forma de organização de produção e reprodução da vida em sociedade e de suas relações sociais e de produção. E assume-se o controle e regulação da vida, principalmente do seres sociais que dispõem nessa lógica somente da força de trabalho.

¹⁸ Conforme Magalhães (2000), Oliveira (2004), Notícias (1999).

Instituiu-se a apropriação privada dos bens e serviços socialmente produzidos, que separam os seres sociais em duas classes antagônicas e contraditórias, sendo os trabalhadores de um lado e os capitalistas ou burgueses do outro. Nesse sentido, o Estado assume um posicionamento de classe, em favor dos interesses da classe capitalista, enquanto instrumento de garantia da exploração do trabalho e de manutenção da ordem, além da “regulação” da obtenção de lucro, pautados na ideologia liberal de liberdade do mercado.

Especificamente no Brasil, há a concretização de um capitalismo tardio e periférico, o qual é subordinado historicamente às grandes potências capitalistas mundiais. Servindo como produtor e exportador de matérias-primas, para os países da Europa e Estados Unidos consumirem e em consequência assume o caráter de mercado consumidor secundário.

Diante do acima exposto, Oliveira (2004) nos traz sua contribuição, no sentido de delinear a conotação tão importante e presente que o tráfico ilícito de drogas assume na sociedade brasileira, porém, isso se dá somente a partir da década de 1980, e principalmente, a partir da inserção e “democratização¹⁹” da cocaína nesse processo produtivo e de comercialização, devido a sua alta rentabilidade. Pois, anterior a isso, segundo Magalhães (2000), o Brasil era considerado um país emergente, porém secundário na lógica do tráfico ilícito de drogas e seu consumo.

Ressalta-se que o Brasil no final dos anos da ditadura militar iniciava um período de reestruturação produtiva, e assume a partir de parâmetros mundiais verticalmente impostos o processo de neoliberalismo. Esse “novo” ciclo engendrado pelo capitalismo atua de maneira determinante para que haja a ascensão e consolidação do tráfico ilícito de drogas (em caráter mundial), por aprofundar as mazelas da contradição entre capital e trabalho, e ter no desemprego um grande exponencial.

Diante disso, pode-se afirmar que o tráfico ilícito de drogas está intimamente relacionado e “[...] é facilmente explicável dentro da lógica de produção capitalista e nas desigualdades que este sistema engendra [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 84), não se diferenciando de nenhuma empresa ou forma de organização de produção e reprodução do trabalho na finalidade capitalista, além de seu caráter ilegal.

Segundo Magalhães (2000), o tráfico ilícito de drogas, o qual o autor denomina de ‘narcotráfico’, tem a forma organizativa de uma indústria, por exigir “[...] associação organizada, planejada, conspirativa, fora e contra o controle legal. [e principalmente] As organizações têm perfis empresariais: estruturam-se hierarquicamente, e seu objetivo é obter lucro e poder [...]” (MAGALHÃES, 2000, p.47).

¹⁹ Conforme o escritor Paulo Lins. (*In*: NOTÍCIAS, 1999).

Neste sentido, afirma-se que o tráfico ilícito de drogas se insere na lógica da sociedade capitalista:

[...] embora sua economia seja ilegal, [...] possui] padrões de acumulação muito grande. Na sua lógica estão presentes todos os elementos que regem a produção capitalista legal. A produção e circulação de mercadorias, a exploração do trabalhador, o lucro e a mais-valia. [...] Como se pode perceber a lógica da indústria da droga pode ser comparada a de uma empresa formal legal. [...] (RIBEIRO *apud*. OLIVEIRA, 2004, p. 84-85).

Para a transformação das drogas em mercadoria, essas precisam assumir além de sua característica de valor de uso, constituir-se em valor de troca, e nesse processo produtivo e improdutivo, o trabalhador tem papel fundante, para que haja a apropriação da mais-valia, a obtenção do lucro. Pois, a droga, mesmo sendo produzida em um caráter ilegal “[...] não impede que gere mais-valia e contribua para o sistema de acumulação da riqueza, pois segue a dinâmica própria dos mercados produtivos.” (OLIVEIRA, 2004, p.86). E esta autora ainda continua

“[...] a produção de uma mercadoria é resultado da demanda efetiva por parte dos indivíduos. Esta demanda pode ser criada a partir de um valor de uso transformada em valor de troca pela ordem capitalista, ou seja em mercadoria de valor legal e/ou criada pela condição de clandestinidade imposta pela sociedade. Tanto num aspecto quanto no outro, a relação entre consumo e produção é intrínseca. [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 85-86).

Para tanto, Cruz Neto *et al* (2001) demonstra que a relação entre os indivíduos e as drogas, nessa conjuntura, assume uma nova configuração, no sentido de haver a necessidade de intermediários para seu consumo, da interferência química e física de alteração da sua composição, dimensão, formato e principalmente da apropriação privada com que ela se encontra. Donde procura-se os responsáveis socialmente reconhecidos para que se tenha acesso a essas drogas.

E em comparação com as atividades capitalistas de cunho legal, o tráfico ilícito de drogas transforma seus “trabalhadores” bem como a droga em mercadorias ao processo de produção. Pois como explicitado no capítulo anterior, uma característica fundamental a esse modo de produção é fazer com que os trabalhadores não se reconheçam em seus produtos e nem como trabalhadores.

Isso se percebe nas falas da maior parte dos sujeitos entrevistados neste estudo, que através dos instrumentos de alienação desse modo de produção não o consideram como trabalho, pois:

é um meio ilícito de ganhar dinheiro, é um jeito ilegal de ganhar dinheiro, [pois, para o entrevistado, trabalho] é ter uma profissão e poder ganhar dinheiro de maneira honesta, ter família e poder andar de cabeça erguida (Entrevistado A).

Ressaltando que esse acesso às drogas a partir do tráfico ilícito de drogas transforma-se “[...] em um ‘processo de distribuição’ que envolve a participação de ‘produtores’, ‘atravessadores’, ‘distribuidores’, ‘fornecedores’, ‘atacadistas’, ‘varejistas’ e demais categorias essencialmente ligadas à comercialização de mercadorias.” (CRUZ NETO *et al*, 2001, p.43).

Nesse momento particular da transformação da droga em mercadoria “[...] que o Estado cria mecanismos de controle e regulação da sua produção e de seu comércio, criando leis que impeçam a sua circulação.” (OLIVEIRA, 2004, p.87), bem como determinando o que é uma droga ilegal e o que é uma droga legal. Para tanto, as leis que regulam a produção e a comercialização das drogas no Brasil são contidas no Código Penal e são datadas em 1976, à qual é reformulada em 2006, e que está em vigor.

Contudo, Coggiola *apud* Forte (2007) demarcam que este debate inicia-se nas primeiras décadas do século XX, na Inglaterra principalmente, a partir do consumo excessivo do ópio pelos ingleses, o que culmina numa Conferência com treze países e que resulta na Convenção Internacional do Ópio. Esta convenção determina as drogas proibidas para o consumo e produção.

E essas discussões, legislações, materializam-se no Brasil, inicialmente conforme Cruz Neto *et al*. (2001) pelo Decreto 4.294 de 1921, sancionado pelo então presidente Epitáfio Pessoa, que criminaliza a cocaína no país. Posterior a esse decreto, tem-se outro de extrema importância, por ser dele que culmina a confecção das leis penais sob a temática da ilegalidade das drogas: “[...] pelo Decreto n.54.216/1964, servindo de instrumento para justificar a atualização da legislação interna brasileira que resultou na lei de tóxicos [... de 1976].” (FORTE, 2007, p. 195).

Para além dessas legislações, o tráfico ilícito de drogas é incluído na lei dos crimes hediondos em 1990, lei esta que “[...] tira o direito de anistia, fiança e liberdade provisória de suspeitos, acusados e condenados.” (MAGALHÃES, 2000, p.90).

Essas leis – 6.368 de 21 de outubro de 1976 e 11.343 de 23 de agosto de 2006 –, no entanto, expressam o tratamento da sociedade brasileira frente à discussão das drogas, que assume um caráter repressivo, punitivo, discriminatório, indevido, moralista, desde sua utilização até a sua produção e comercialização. O que demonstra a criminalização do trato sob esta temática, pois ambas as leis determinam como crime o tráfico ilícito de drogas e têm em sua premissa a repressão ao mesmo, mas possuem divergências quanto ao trato aos usuários e à dependência química dessas substâncias ilegais.

Por isso, a lei nº 11.343/2006 que responde atualmente pelos crimes relacionados ao tráfico ilícito de drogas tem em seu capítulo I – dos princípios e objetivos, sob o artigo 4º inciso I “o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;” (BRASIL, 2008, p.1).

O fato é que o governo brasileiro não foge à política padronizada de repressão ao comércio de drogas. A tão decantada nova Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006) adota a “teoria dualista do sistema penal com regras de imputação e princípios de garantias processuais de dois níveis”: na prática, apenas protege os consumidores de drogas, em geral filhos da classe média e alta que não devem ter a ficha criminal manchada. (BONHO *apud* FORTE, 2007, p.196).

E nesse sentido têm-se a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que em segunda instância aplica uma medida que é denominada como descriminação do uso de drogas.

O relator do caso, juiz José Henrique Rodrigues Torres, da Vara do Júri de Campinas, convocado para atuar como desembargador em alguns casos, entendeu que classificar como crime o porte de drogas para consumo próprio é inconstitucional porque viola os princípios da ofensividade (não ofende a terceiros), da intimidade (trata-se de opção pessoal) e da igualdade (uma vez que portar bebida alcoólica não é crime). (DECISÃO, 2008)²⁰.

Para tanto, corrobora-se com Forte (2007), por entender-se que apesar de ser um avanço à lei esta determinação do Tribunal de São Paulo, o que demarca essa lei, e essa decisão é a de criminalizar os vendedores das drogas, ou seus “trabalhadores” e descriminar os usuários, o que culmina numa política de encarceramento dos “traficantes”. Pois, nessa mesma lei – 11.343/2006, em seu título III, capítulo III – dos crimes e das penas, os artigos 27 ao 30 são direcionados aos consumidores, com penalidades de advertência, prestação de

²⁰ Em anexo 1.

serviços à comunidade, medidas educativas, enquanto em seu título IV, capítulo II – dos crimes, sob os artigos 33 ao 47, definem o tratamento aos “traficantes”.

O que demonstra o movimento contraditório ao qual são tratadas as relações com o tráfico ilícito de drogas no país e principalmente de sua relação com a produção, comercialização e uso das drogas em caráter mundial. Para isto, existe uma rede associada do tráfico ilícito de drogas para que esta consiga chegar até o chamado “varejo” e chegue ao acesso daqueles que segundo a própria lei, possuem autonomia e liberdade para decidirem se querem consumi-las.

Inserido nessa lógica, temos os países cujos sistemas capitalistas encontram-se em caráter periférico, como é o modelo brasileiro, em que servem como “[...] entreposto da droga enviada da Colômbia [...] para os EUA e a Europa. [...] constituindo-se no] maior produtor de éter e acetona da América Latina. Essas substâncias são utilizadas na produção do cloridrato de cocaína, a dita ‘cocaína pura’.” (MAGALHÃES, 2000, p.27).

Então nesses países periféricos é que

[...] se concentra a produção, o refino e a exportação da droga. Ou seja, nestes países está o processo inicial e mais arriscado do negócio ilegal de entorpecentes. Os países centrais entram como consumidores finais da droga e maiores responsáveis pela lavagem de dinheiro. Esta posição é favorecida pela sofisticação tecnológica destes países e a facilidade de operações no mercado financeiro [...]. (PETRAS *apud* OLIVEIRA, 2004, p.101).

O Brasil possui o caráter de exportador da droga, devido ao seu posicionamento geográfico, ante aos demais países da América Latina, à sua extensão territorial, o que dificulta o controle do Estado e facilita o envio da droga para o restante dos países.

Para que isso ocorra, segundo Magalhães (2000) são criadas diversas estratégias e rotas pelo país para entrada, exportação e consumo, das drogas pelo tráfico ilícito de drogas, porém, não se têm dados concretos de sua quantidade no país pelo fato de sua ilegalidade. Em contrapartida, segundo Oliveira (2004) “[...] apenas 20% da droga que entra no Brasil permanece para abastecimento do mercado interno [...]” (BAPTISTA *apud* OLIVEIRA, 2004, p.103).

Por isso, se percebe através de autores como Magalhães (2000), Oliveira (2004) que os países do globo possuem papéis determinados, em que seguindo a lógica capitalista, os países periféricos ou de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil, em relação à produção e exportação de drogas servem como país de trânsito, e como produtor, desenvolvendo as atividades “mais perigosas” e “mais difíceis”.

Entretanto, cabe fazer uma ressalva, pois Oliveira (2004), é primordialmente a partir do século XXI que há um aumento no país do consumo de drogas e conseqüentemente de pontos de venda e trabalhadores, pois como explicitado anteriormente, o país até esse momento possuía um caráter, principal, no trânsito.

Mesmo diante disso, de acordo com Oliveira (2004) há uma forte tendência ideológica mundial de vitimização dos países ricos em relação ao consumo, e de culpabilização dos países “pobres” de trânsito e produção, os determinando como os traficantes. Porém, além dessa relação internacional, percebe-se que no Brasil, há a veiculação pelos meios de comunicação em massa, campanhas, filmes, de culpabilização das drogas por todos os males da sociedade atual, e única causadora da criminalidade, violência, mortes.

Porém, sabe-se que a culpabilização de substâncias químicas por essas contradições inerentes a esse modo de produção, é somente mais um dos subterfúgios utilizados para que não se discuta o que as provoca, seja pela exacerbação do consumismo, pelo desemprego, pela violência, ou seja, pelas expressões da “questão social”.

Por isso, “[...] culpa-se a droga pela tragédia familiar, pela violência, e não a forma como a droga é distribuída e a forma como a sociedade não encara – porque foge – o abuso de drogas, cuja gênese está na compulsão consumista. [...]” (FORTE, 2007, p.194). Contudo, ainda há a necessidade de ressaltar que ainda conforme Forte (2007), a drogadição, ou o consumo de drogas ilícitas é apenas uma das possibilidades de fuga dessa sociedade capitalista, consumista.

Por isso, nessa “demonização das drogas²¹” o traficante de drogas assume um papel muito importante nessa lógica, o de inimigo da sociedade, o que nos possibilita afirmar que não há a compreensão dessa atividade como uma forma de trabalho, alternativa aos postos de trabalhos formais/legais ofertados. E principalmente, entendendo que o tráfico ilícito de drogas, está inserido na lógica, constituição e finalidade da sociedade capitalista e que, portanto, possui suas características.

2.1.1 O tráfico ilícito de drogas e a “questão social”

Conforme descrito no início deste capítulo, entende-se o tráfico ilícito de drogas como uma expressão da “questão social”, e para isso se faz necessário explicitar o que se

²¹ Termo utilizado por Forte (2007).

entende, e do que se fala quando trata-se da “questão social²²”. Então, inicia-se esse movimento retomando um pouco a discussão do capítulo anterior, quando do surgimento do modo de produção capitalista.

Esse modo de produzir e reproduzir as relações sociais nessa sociedade capitalista está pautado em apropriação privada de uma produção social. E para tanto

Cada dia se torna mais claro que as condições de produção em que se move a burguesia não têm caráter unitário, simples, mas dúplice; que, nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se também a miséria; que, nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento das fôrças [sic] produtivas, desenvolve-se também uma fôrça [sic] repressiva; que, essas condições só geram a riqueza burguesa, isto é, a riqueza da classe burguesa, com a destruição continuada da riqueza dos membros que integram essa classe e com a formação de um proletariado cada vez maior. (MARX *apud* MARX, 1980, p. 749, nota de rodapé nº 88).

E essa peculiaridade do modo de produção capitalista, se desenvolve e se complexifica de acordo com as transformações ocasionadas para seu desenvolvimento e sua manutenção hegemônica. Nesse sentido, Iamamoto (1999) traz sua contribuição, no sentido de desenhar o desenvolvimento da “questão social” no país, desde os chamados “30 anos gloriosos” do capital, até a contemporaneidade, donde o ideário neoliberal e suas políticas de ajuste são referência.

Por isso, essas características explicitadas no capítulo anterior, a acumulação flexível, as transformações no mundo do trabalho, assumem características peculiares ao desenvolvimento brasileiro, pois

[...] esse quadro assume conotações particulares e mais graves, visto que ao desemprego, resultante das novas tecnologias, soma-se o persistente desemprego, estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que passam a adquirir uma certa “máscara de modernidade” nesse país. [...]. (IAMAMOTO, 1999, p. 33-34).

Com isso, retomam-se as “velhas” formas de exploração dos trabalhadores, ou da “classe-que-vive-do-trabalho” para que se garanta a hegemonia do capital e que essa população tenha condições de suprir suas necessidades básicas.

²² “Por “questão social”, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho.” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21).

Ainda conforme Yamamoto (1999) tem-se, por exemplo, na exploração do trabalho infantil uma expressão da “questão social” diretamente articulada com a expressão desemprego. E em suas palavras: “[...] o desemprego dos adultos aumenta o trabalho infantil. [...]” (IAMAMOTO, 1999, p. 39), e para tanto se relaciona estas expressões ao próprio desenvolvimento do tráfico ilícito de drogas e à inserção de crianças e adolescentes nessa atividade. Pois conforme um dos entrevistados, este iniciou sua atividade no tráfico ilícito de drogas com 11 anos de idade, pois

quando ainda morava com meu pai, ele não supria as necessidades básicas da minha família e eu traficava para “colocar” alimentação para minha mãe e minhas irmãs. Depois da separação dos meus pais, me “senti na obrigação” de ajudar minha mãe com dinheiro, e definitivamente me envolvi com o tráfico de drogas (Entrevistado B)

E ainda continua sua explicitação, afirmando que

fui várias vezes à FEBEM, minha primeira vez foi com 13 anos, quando fiquei 3 anos preso por homicídio [o entrevistado justifica o crime pois foi se defender de uma “guerra entre favelas” no Estado de São Paulo], depois fui preso por várias vezes com os crimes de tráfico de drogas, roubo, furto (Entrevistado B).

Mesmo nas palavras de outro entrevistado, que “aprendi a ‘mexer’ com a droga lá, fazer a pasta-base, a pedra, isso foi desde os 15 anos de idade mais ou menos” (Entrevistado C). Essas afirmativas corroboram com as afirmações de Yamamoto (1999), bem como nos demonstram que as expressões da “questão social” provocadas pelo desenvolvimento capitalista, principalmente em sua fase financeira, estereotipam o “pobre” e a pobreza, na figura desse sujeito transgressor, perigoso, violento, criminoso e que não trabalha.

Mas principalmente nos conduzem a interpretação de que o tráfico ilícito de drogas se apresenta como uma forma de explicitação da classe trabalhadora das suas necessidades e demandas, as quais o capitalismo não consegue responder. Além de apresentar-se como alternativa de reprodução da vida dos trabalhadores e de sua família e está interligado às diversas manifestações da “questão social”, em particular ao desemprego, à violência e à criminalidade.

E leva-nos a afirmar que “Quanto maior a presença da droga e do narcotráfico, mais aguda a devastação social. [...]” (MAGALHÃES, 2000, p. 56). Isso é determinado exatamente pelo tráfico ilícito de drogas estar imbricado com o aprofundamento das contradições entre capital e trabalho, e, portanto, ser produzido pela dinâmica societal.

2.2 O TRABALHO INFORMAL E O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS

Para responder ao objeto de estudo da pesquisadora, nesse momento, será necessário a articulação entre os autores estudados e a pesquisa de campo realizada. Para tanto, se fará uma explicitação metodológica da pesquisa de campo, bem como sua justificação teórica.

Em seqüência, será feito uma breve contextualização da Penitenciária Industrial de Cascavel – PIC, local onde foi feita a pesquisa de campo, para posterior análise das informações coletadas e verificação ou não da hipótese levantada em projeto de pesquisa.

2.2.1 Procedimentos metodológicos

Parte-se da concepção de que a pesquisa é um momento privilegiado de materialização da atitude investigativa do profissional de Serviço Social, ela nos revela aquilo que está além da aparência, permitindo, por aproximações sucessivas ao fenômeno que se quer investigar, sua análise e desvelamento. Possibilitando com isto a desmistificação de questões sobre a realidade social, como o tráfico ilícito de drogas. Para isto, a pesquisa requer uma série de procedimentos teórico-metodológicos.

Segundo Prates (2003) a metodologia é o espaço o qual se debruça para elencar as formas de desenvolvimento da pesquisa, o como será desenvolvida a pesquisa. Para tanto é necessário a escolha dos instrumentais necessários para se responder ao problema formulado e aos objetivos propostos.

Por isso, foi realizada uma caracterização dos 307 presos da PIC²³, após encaminhamento de ofício para pedido de autorização à direção deste estabelecimento²⁴, donde inicialmente fez-se uma leitura individual dos prontuários desses presos, mas no decorrer da pesquisa, percebeu-se que esses dados eram contraditórios e optou-se pela busca das informações as quais os funcionários e técnicos deste estabelecimento se utilizam. E com isso, pode-se observar esta caracterização pautada nas profissões, idades e crimes cometidos, da qual se extraiu os dados mais relevantes quanto a estes: as cinco profissões mais recorrentes e os três tipos de crimes mais recorrentes.

²³ Ressalta-se que este número foi obtido até a data de 30/09/2008.

²⁴ Apêndice 1.

Isso para que se tivesse condições de estabelecer que destes 307 presos 101 possuem como crime o tráfico ilícito de drogas, e se teve condições de fazer uma distribuição etária em relação aos que estão cumprindo pena por este crime.

Entretanto, como técnica de investigação da realidade, estabeleceu-se que além de análise documental, seria utilizada a técnica de entrevista, com questões abertas, mas com a especificidade de ser semi-estruturada, a qual possui “[...] algumas questões orientadoras e a possibilidade de inclusão de novas formulações durante a realização da coleta [...]” (PRATES, 2003, p. 132)²⁵.

Essa técnica foi estabelecida pelo caráter da instituição e por a instituição em resposta ao ofício encaminhado, pedir ciência das questões que seriam feitas aos entrevistados²⁶. Após o encaminhamento das questões²⁷, foi estabelecido pela direção quanto à quantidade de entrevistados possíveis, sendo este o número de cinco presos, observando a aceitação ou não de participação na pesquisa²⁸. Contudo, independente dessa observância feita pela direção, a aceitação é um pressuposto à pesquisa de campo, o qual foi materializada mediante um termo de consentimento²⁹ e um termo de compromisso³⁰.

Com isso estabeleceu-se os cinco sujeitos de acordo com critérios de amostra não-probabilística, dirigida e intencional, a partir dos vínculos estabelecidos com a estagiária/pesquisadora nos últimos dois anos em campo de estágio. Justifica-se essa escolha, pelo caráter desse estabelecimento, uma unidade prisional, em que de acordo com Camargo (1990) estabelece-se novas formas de sociabilidade, internas àquele espaço, com códigos e normas.

E, portanto, entendeu-se que esse vínculo era fundante para que os sujeitos pudessem responder às perguntas com maior fidedignidade. Entretanto, cabe relatar que as entrevistas foram supervisionadas por um agente de segurança, como qualquer atendimento dos técnicos, como norma de segurança da instituição.

Após a realização das entrevistas, teve-se possibilidade de analisar as informações dadas pelos sujeitos, e primeiramente fez-se uma caracterização com relação às suas profissões, faixa etária, crimes cometidos, tempo de pena, tempo cumprido, tempo na PIC e composição familiar.

²⁵ Em apêndice 2.

²⁶ Anexo 2.

²⁷ Em apêndice 3

²⁸ Anexo 3.

²⁹ Em apêndice 4.

³⁰ Em apêndice 5.

Para que se estabelecesse dois eixos de análise qualitativa dessas informações, que corroboram com os objetivos específicos estabelecidos ao desenvolvimento desta pesquisa. Entretanto, quanto à identificação dos entrevistados, estes serão pelas letras A, B, C, D e E, e em cada eixo de análise assumem letras diferentes, como forma de preservar e garantir o sigilo de sua identidade frente às informações prestadas.

Portanto, será feita uma breve contextualização do espaço onde foi feita as entrevistas – PIC, para posterior desenvolvimento do trabalho de campo.

2.2.2 O tráfico ilícito de drogas e seus sujeitos

De acordo com Foucault (1987) a existência de estabelecimentos de caráter prisional não é recente nas sociedades, existindo anteriormente de sua forma regulamentada nas legislações penais. Contudo, ela se institucionaliza como medida de proteção inserida num contexto do modo de produção capitalista. Neste sentido, funciona como regulador das relações sociais estabelecidas pela relação capital e trabalho, mas principalmente, interfere em um de seus princípios ideológicos primordiais, que é a liberdade, “[...] Como não seria a prisão a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos [...]” (FOUCAULT, 1987, p. 208).

Nesse sentido institucionaliza-se na particularidade do país e do Estado do Paraná, a partir do século XX, especificamente “[...] em 1909, a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e a Chefatura de Polícia [...]” (DEPEN *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 7), que respondem pelas instituições prisionais.

À medida que a conjuntura social, política, econômica do modo de produção capitalista e das relações sociais se complexificam, estas exigem novas respostas do Estado, que se configura sob novas óticas e dimensões, incidindo também nas legislações e formas de organização da segurança no Paraná.

Por isso, a partir de 1991, instala-se o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN, que se insere no sistema prisional nacional, e possui atribuições para “[...] coordenar, supervisionar, inspecionar, fazer cumprir a lei, assegurando a custódia, a segurança e a assistência [...]” (OLIVEIRA, 2007, p.7).

Este departamento atua conjuntamente com a Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e Cidadania – SESJ, formando o Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Diante disso, o sistema penitenciário responde a duas legislações principais de regulamentação: a Lei de Execução Penal – LEP – de 1984 sob o nº 7.210, e o Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, a partir do decreto nº 1.276 de 1995.

A LEP, em seu título III, artigo 61, estabelece quais os órgãos da execução penal e que compõem o Sistema Prisional Brasileiro, que são: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Juízo da Execução, Conselho Penitenciário, Departamentos Penitenciários, o Patronato e o Conselho da Comunidade. Além desses órgãos, o país ainda possui o Ministério Público, Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça. Os quais executam, formulam, administram, fiscalizam e propõem a Política Nacional Criminal e Penitenciária do país.

Neste contexto, a PIC foi inaugurada em 22 de fevereiro de 2002, com capacidade para 240 presos, comportando dois presos por cubículo³¹, e sob administração de uma empresa privada terceirizada. No ano de 2005, passa por um processo de adaptação, a qual amplia sua capacidade para 360 presos, comportando três presos por cubículo. Contudo, a instituição permaneceu terceirizada de sua inauguração até o ano de 2006, quando da sua retomada pelo Estado.

A PIC, a partir de 2006, possuía um quadro de funcionários concursados, contratados, e em cargos comissionados, entretanto, no ano de 2008, conforme determinação do Governo do Estado, há uma reconfiguração em seu quadro funcional com a contratação, mediante concurso público, de seus funcionários.

A PIC, enquanto estabelecimento penitenciário, responde à determinação do Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, devendo somente possuir presos “[...] condenados ao cumprimento da pena em regime fechado.” (PARANÁ, 2006, p. 2), porém se sabe que devido à morosidade do Poder Judiciário, e superlotação dos estabelecimentos prisionais, existem presos que possuem concessão de outros benefícios e/ou que estão em direito de terem progressão de benefícios, mas que continuam internados na Unidade.

Para além dessa realidade observada, pode-se também entender que a própria constituição da Penitenciária, inaugurada em 2002 e sua reformulação em 2005, contraria esse mesmo Estatuto, por não alojarem os presos em celas individuais. Entretanto, o mesmo decreto resguarda razões especiais para o não alojamento individual, não os explicitando. Enquanto na LEP, em seu artigo 88, há a determinação de alocação do preso condenado em cela individual.

³¹ Cubículo é a denominação institucional do que a LEP (1984) denomina de cela, que é o local onde o preso é alojado no cumprimento de sua pena à reclusão em regime fechado. (BRASIL, 2003)

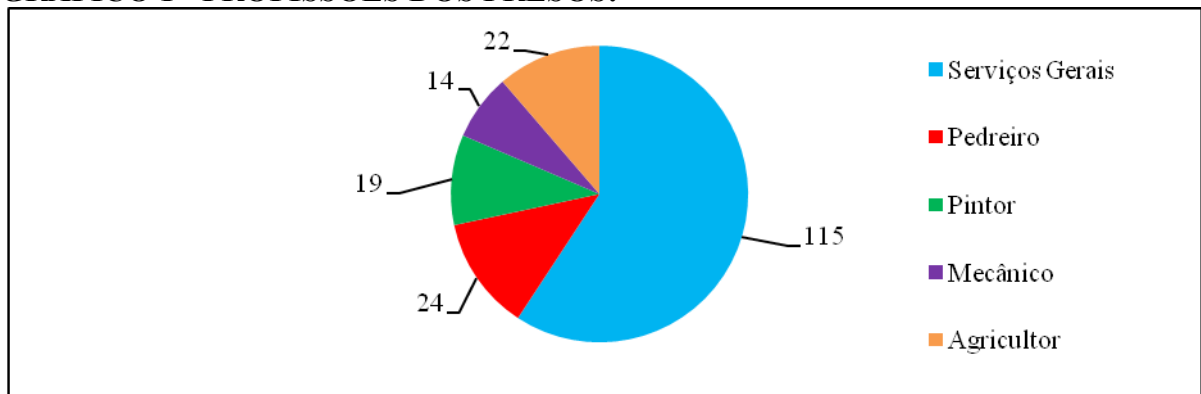
Além disso, ressalta-se que a construção da PIC se dar afastada do perímetro urbano do município de Cascavel, localizada na BR 277, km 579, se dá pelo fato da LEP prever que a construção de estabelecimentos penitenciários masculinos devem ser afastados de centros urbanos, mas que essa distância não interfira no acesso por parte dos visitantes.

Ainda se têm estabelecido nas legislações de regulamentação acima citadas, que os presos possuem garantias de direitos e deveres assegurados. Nesse sentido, constituem-se direitos dos presos, a partir dos artigos 40 a 43 da LEP, o respeito à sua integridade física e moral, à alimentação e vestuário suficiente, atribuição de trabalho e remuneração deste, Previdência Social, constituição de pecúlio, distribuição proporcional de seu tempo para trabalho, descanso, recreação, desenvolvimentos de suas potencialidades, assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, visitas em dias determinados, igualdade de tratamento, chamamento nominal, contato com o mundo exterior, entre outros.

Portanto, inseridos nesse espaço prisional, se encontram os sujeitos da pesquisa de campo realizada pela pesquisadora. Para tanto, levantou-se os dados dos 307 presos³² nesta unidade, em relação às: idades, profissões e crimes.

Após o levantamento dos dados desses 307 sujeitos, optou-se por apresentar neste estudo as cinco profissões mais recorrentes, os três tipos de crimes mais incidentes e uma caracterização etária de todos os presos por tráfico ilícito de drogas, para situar os sujeitos da pesquisa e aprofundar os estudos, conforme gráficos abaixo:

GRÁFICO 1 - PROFISSÕES DOS PRESOS:



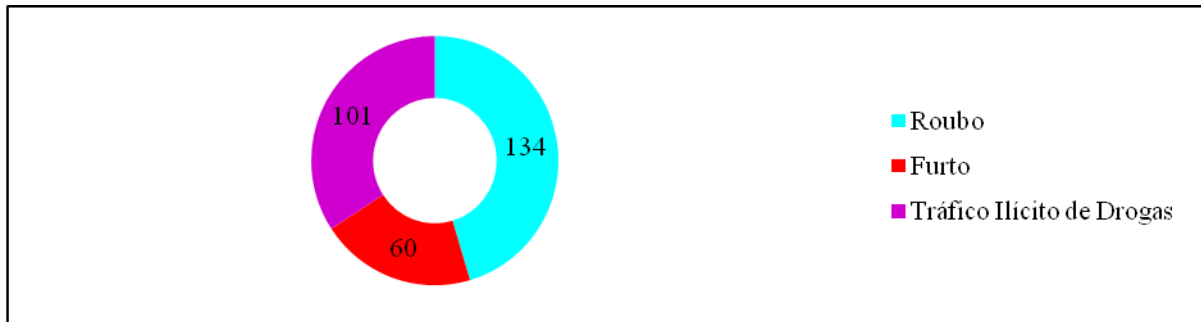
FONTE: Dados obtidos com a pesquisa de campo realizada em 2008.

³² Ressalta-se que o número de presos da PIC é rotativo, e que esse número foi estabelecido em 30 de setembro de 2008.

Conforme pode ser observado no gráfico acima, as cinco profissões mais recorrentes, de acordo com os internos da PIC, são serviços gerais, pedreiro, pintor, mecânico e agricultor. Todas essas profissões demonstram que a maioria dos presos inserem-se em formas de trabalho “braçal”, com pouca ou nenhuma especialização e que nos aponta, sob a realidade brasileira, que estes trabalhos na sua maioria condizem com as condições de informalidade, conforme apresentado no capítulo anterior, quando de sua “liberdade” e autonomia.

Em relação aos crimes que mais estão sendo cumpridos na PIC, tem-se:

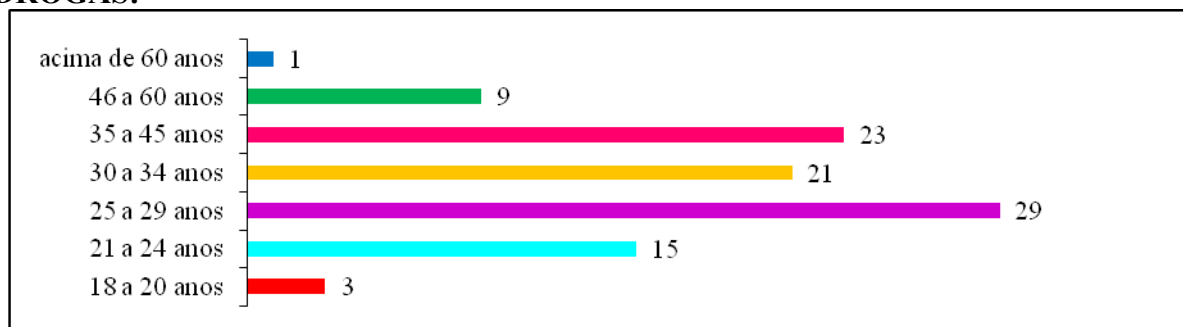
GRÁFICO 2 - CRIMES MAIS COMETIDOS



FONTE: Pesquisa de Campo realizada em 2008.

Por isso, quanto aos crimes mais cometidos³³, temos roubo, furto e o tráfico ilícito de drogas, sendo que o tráfico ilícito de drogas representa mais de 30% de incidência nesse estabelecimento prisional, totalizando 101 presos, os quais estão distribuídos da seguinte forma, de acordo com sua faixa etária:

GRÁFICO 3 - FAIXA ETÁRIA DOS PRESOS POR TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS:



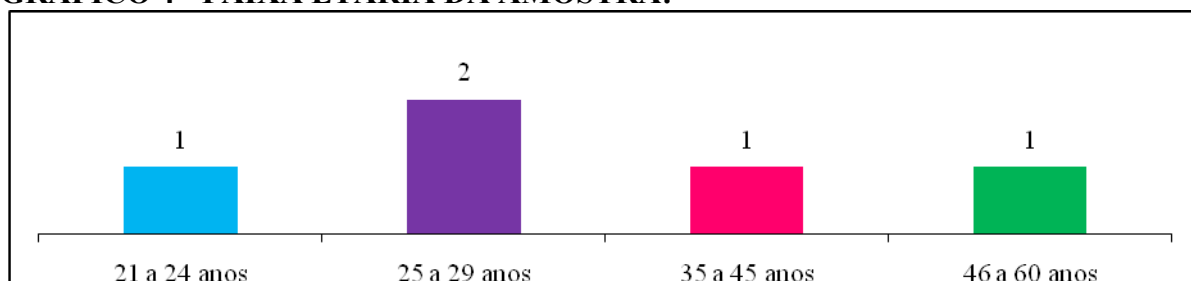
FONTE: Pesquisa de campo realizada em 2008.

³³ Cabe ressaltar que existem presos que estão presos por mais de um crime.

A partir destes dados, tem-se que, assim como os sujeitos da entrevista, a maior incidência de prisões por tráfico ilícito de drogas ocorre nas faixas etárias em que esses trabalhadores estão em idade economicamente ativa para o capital, e que por serem submetidos às diversas manifestações da acumulação privada, ingressam nesta atividade como alternativa aos baixos rendimentos do desenvolvimento “legal” de suas profissões ou ao desemprego.

Com isso, parte-se para a compreensão da amostra da pesquisa de campo realizada e para que este seja desvendado, há a necessidade de se esboçar uma caracterização dos cinco sujeitos entrevistados, quanto à sua faixa etária:

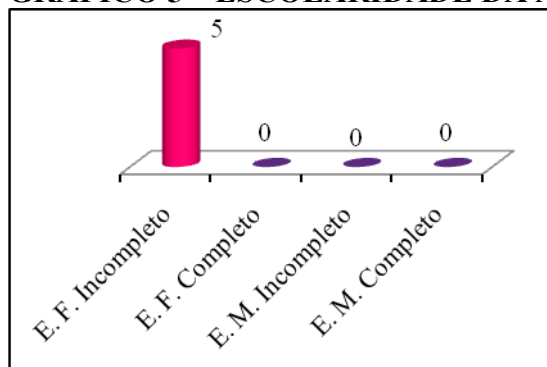
GRÁFICO 4 - FAIXA ETÁRIA DA AMOSTRA:



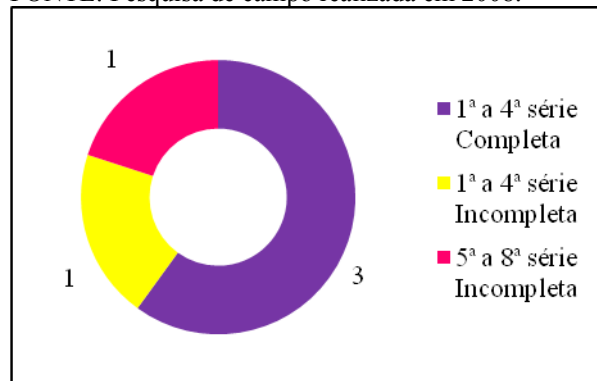
FONTE: Pesquisa de campo realizada em 2008.

Percebe-se que as faixas etárias são diversas entre os sujeitos da amostra, mas em sua maioria, como os 101 presos por tráfico ilícito de drogas, se concentram em homens em idade economicamente ativa, e que conforme gráfico abaixo, possuem baixa escolaridade, a qual se distribui da seguinte forma:

GRÁFICO 5 – ESCOLARIDADE DA AMOSTRA:

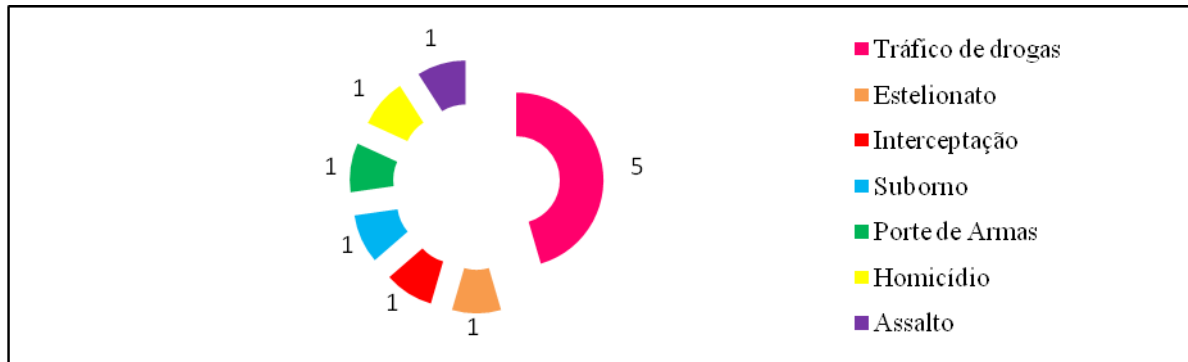


FONTE: Pesquisa de campo realizada em 2008.



Em relação aos crimes cometidos por esta amostra, todos foram escolhidos por terem sido presos pelo tráfico ilícito de drogas, entretanto, alguns deles também foram condenados por outros crimes, os quais são:

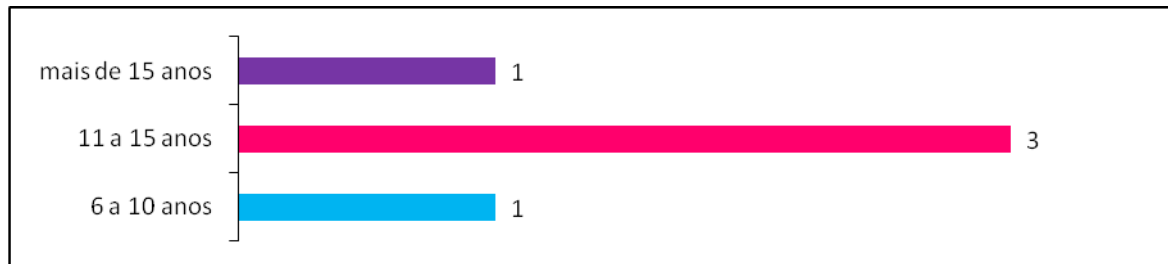
GRÁFICO 6 - CRIMES COMETIDOS PELA AMOSTRA:



FONTE: Pesquisa de campo realizada em 2008.

E por estes crimes, tem-se o tempo que os sujeitos deverão cumprir suas penas, resguardando seus direitos de progressão de regimes (fechado, semi-aberto, aberto):

GRÁFICO 7 - TEMPO DAS PENAS:



FONTE: Pesquisa de campo realizada em 2008.

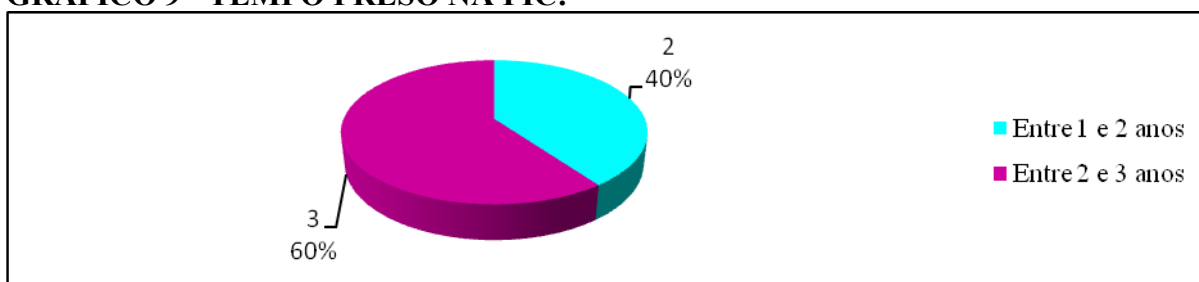
Após observação do gráfico acima, percebe-se que o tempo mínimo de pena de um dos sujeitos é entre 6 e 10 anos, e que a maioria dos sujeitos têm como tempo 11 a 15 anos para ressarcirem a sociedade. Entretanto, além do tempo das penas, é possível observar nos gráficos abaixo o tempo em que estes sujeitos estão presos, e, portanto, o quanto já cumpriram de sua pena, bem como o tempo em que estão presos na PIC:

GRÁFICO 8 - TEMPO CUMPRIDO DA PENA:



FONTE: Pesquisa de campo realizada em 2008.

GRÁFICO 9 - TEMPO PRESO NA PIC:



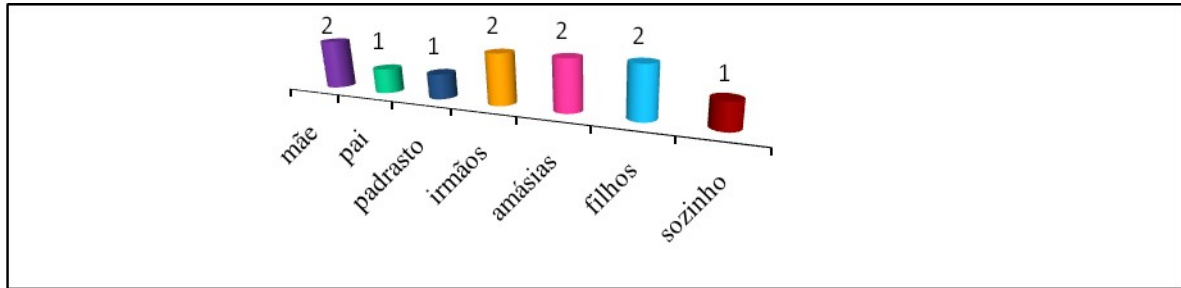
FONTE: Pesquisa de campo realizada em 2008.

Para tanto, percebe-se que o tempo máximo de permanência na PIC dos sujeitos é de até três anos, o que se caracteriza por um tempo restrito de cumprimento de pena, bem como que há uma rotatividade desses presos dentro do sistema prisional, visto que o tempo mínimo de cumprimento de pena é de 2 anos.

A partir disso, fez-se uma caracterização das relações familiares que compunham a vida desses sujeitos antes de sua prisão, com a finalidade de compreender as particularidades das experiências vivenciadas pelos sujeitos da amostra, para que haja possibilidade de conhecer o contexto sócio-histórico o qual estavam inseridos.

Em relação às pessoas de convivência dos sujeitos, tem-se que estes se relacionavam com pessoas diversas, que estão demonstradas no gráfico a seguir:

GRÁFICO 10: COMPOSIÇÃO FAMILIAR DA AMOSTRA



FONTE: Pesquisa de campo realizada em 2008.

Portanto, os sujeitos A e C conviviam com as famílias que constituíram, amásia e filhos, enquanto B e D com suas mães, irmãos e pai e padrasto respectivamente, enquanto E disse que residia sozinho.

Essas composições familiares são determinantes para que se possa compreender as relações de trabalho dos familiares e dos sujeitos da pesquisa, e identificar as implicações do tráfico ilícito de drogas na vida desses sujeitos, bem como de seus familiares. Por isso, será tratado no primeiro eixo de análise, os impactos do tráfico ilícito de drogas na vida dos sujeitos que o constituem.

2.2.2.1 Implicações do tráfico ilícito de drogas na vida dos sujeitos.

Este eixo tem como finalidade relacionar o que foi discutido até agora sobre o tráfico ilícito de drogas e os depoimentos dos sujeitos entrevistados. Justifica-se este eixo, por este nos explicitar qual a inserção e participação desses sujeitos no tráfico ilícito de drogas e

qual a relação desta atividade com os demais crimes cometidos pelos mesmos. Para que a partir disso se tenha a possibilidade de responder ao objetivo proposto por essa pesquisa.

Por isso, retomamos que a lei nº 11.343/2006 em seu artigo 1º “[...] estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.” (BRASIL, 2008, p. 1) e para tanto neste estudo compreende-se o tráfico ilícito de drogas em sua esfera de comercialização.

Conforme Magalhães (2000) a comercialização das drogas estrutura-se sob os moldes de uma empresa em que se tem uma hierarquia de tarefas as quais são determinadas por sua remuneração e prestígio, e este organograma foi obtido pela Polícia do Rio de Janeiro no morro do Pereirão: têm-se um “dono³⁴”, e abaixo dele os gerentes (que de acordo com este autor, se estrutura sob a personificação de três pessoas: o da endolação³⁵, do preto³⁶ e do branco³⁷), depois os olheiros e soldados³⁸, os vapores³⁹, os aviões⁴⁰, e por último o matuto ou mula⁴¹.

Em contrapartida Oliveira (2004) nos demonstra que a “estrutura do tráfico” é determinada por um general, comandante ou chefe, que possui um “braço direito” e por último os soldados. E ainda continua afirmando que para além destes envolvidos na hierarquia do tráfico ilícito de drogas, tem aqueles que revendem as drogas. Além destes ainda tem-se o que Cruz Neto *et al* (2001) denominam distribuidor, pois esse indivíduo socialmente reconhecido é que faz o repasse da droga, estabelecendo-se na relação entre droga e usuário.

Para tanto, de acordo com o entrevistado A este vendia todo o tipo de droga, mas o crack, para ele, era a droga mais lucrativa, sendo que em um final de semana “*dava pra fazer R\$1000,00 a R\$2000,00 reais de lucro limpo*”. Disse que comprava e vendia drogas

³⁴ O “dono” é “[...] o controlador do negócio. O lucro vai para ele. [...]” (MAGALHÃES, 2000, p. 17). Ressalta-se, entretanto, que este “dono” segundo Hélio Luz *apud* Magalhães (2000) não passa de um “gerentão do varejo”.

³⁵ “[...] O ‘gerente de endolação’ coordena a separação, o preparo, a pesagem e a embalagem da droga. [...]” (MAGALHÃES, 2000, p. 17). E ainda para complementar a definição, “[...] o pessoal da ‘endolação’, [são] aqueles que embrulham a carga em pequenos papéis para ser repassada [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 97).

³⁶ Segundo Magalhães (2000) este é o gerente responsável pela venda da maconha.

³⁷ Conforme Magalhães (2000) este gerente é responsável pela venda da cocaína, e de acordo com este mesmo autor bem como com Oliveira (2004) esta é a posição de maior prestígio, abaixo do “dono”, por ser responsável por uma droga de status.

³⁸ Os olheiros, segundo Magalhães (2000), tem como função observarem a movimentação e a chegada ou invasão de policiais ou outros traficantes. Enquanto os soldados, ainda sob Magalhães (2000), são responsáveis pela garantia armada da segurança daquele ponto de venda.

³⁹ Os vapores, de acordo com Magalhães (2000) são os que atendem aos clientes.

⁴⁰ A diferença ente os vapores e os aviões, segundo Magalhães (2000) é que os aviões distribuem a droga longe do ponto de venda. Isso significa que “[...] A venda final é feita por meninos, normalmente moradores dos locais onde se instala o movimento. Fazem serviço de entrega por telefone e trabalham em postos estratégicos das cidades [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 97).

⁴¹ “A pessoa que leva grande quantidade da droga à base de endolação (onde ela será preparada para o consumidor) ou à boca-de-fumo é o ‘matuto’ ou ‘mula’. Ganha por empreitada. [...]” (MAGALHÃES, 2000, p. 17).

sem ligação com ninguém, e sempre a mais barata. Demonstrando que não fazia parte da hierarquia estabelecida pelos autores, configurando-se como terceirizado, ou vendedor autônomo.

E sob esta mesma perspectiva o entrevistado B diz que era usuário e vendedor, mas que só vendia drogas, pois “*A droga já vinha pronta, pegava de uma pessoa de fora que vinha entregar pra mim*”. Já o entrevistado C afirma sua posição no tráfico ilícito de drogas, pois “*trazia droga de Foz do Iguaçu [...] repassava para os boqueiros, vendia fechado, era distribuidor*”, e que retomando a classificação de Magalhães (2000) pode ser determinado como o matuto ou mula.

Entretanto, sob o entrevistado D, percebe-se que este assume o papel do distribuidor descrito por Cruz Neto et. al. (2001), pois “*vendia pra mim mesmo*”, disse que comprava de um traficante, separava, pesava e vendia, sem dividir os lucros. Era consumidor e vendedor e portanto:

“[...] É verdade, apesar da extemporaneidade, que um indivíduo pode optar por desempenhar todos os papéis disponíveis, de extrator a interessado, utilizando-se ele próprio da droga que cultiva e prepara. Mas, se, por qualquer motivo, desejar socializá-la, permitindo que outros tenham acesso a ela deverá, obrigatoriamente, assumir ou delegar oficialmente o papel de ‘distribuidor’. Será este que trará o contato direto com os ‘interessados’, tornando-se, com o decorrer e o multiplicar de eventos interativos, o elo mais facilmente reconhecível do processo, **transferindo para os indivíduos que o exercem toda a catarse emocional, física e de responsabilidade que a sociedade atribuir à relação ‘indivíduo-droga’.**” (CRUZ NETO *et al*, 2001, p. 42, grifos meus).

Nesse sentido, sob estes autores, a transferência da responsabilidade a esses distribuidores por toda a relação entre o indivíduo e a droga, se materializa na compreensão dos entrevistados sobre o tráfico ilícito de drogas, pois conforme o entrevistado E “*fiz bastante inimizade, e prejudiquei muita gente vendendo droga [...] o traficante ele é responsável [...] tem gente aqui em Cascavel que se mata de trabalhar para comprar a droga [...] tem a ver com o tráfico*”. Ou sob o entrevistado B, em que “*muitos perdem até a família por causa do tráfico, como eu perdi*”.

Demonstrando como as estratégias, de controle e alienação do ser social, são eficientes, pois esses vendedores demonstram culpabilidade em relação ao uso de drogas, retomando a discussão feita no item anterior em que se criminaliza e culpabiliza a venda, mas

se descriminaliza o usuário, colocando-o em posição de vítima. Pois como relata o entrevistado E, que está preso, seus consumidores eram pessoas “granfinas” e que continuam em liberdade, enquanto o mesmo está cumprindo pena:

O tráfico de drogas é muito completo. Hoje em dia está em todo lugar. Polícia. Aqui em Cascavel é só granfino, eu entregava droga pra todos eles, da TV [...] juiz, políticos, a droga hoje em dia tomou conta de um jeito das coisas que vai ser difícil parar. Para quem quer, quem procura parar. (Entrevistado E).

Para além de suas funções no tráfico ilícito de drogas, foi questionado aos entrevistados como se deu a sua inserção e qual a representação do tráfico ilícito de drogas para eles, o que nos leva as seguintes respostas:

Conforme o entrevistado B, em relação à sua inserção no tráfico ilícito de drogas “*um pouco foi o dinheiro fácil [e] a necessidade, porque eu achava que o que eu ganhava não era suficiente*”, enquanto para este mesmo entrevistado, após estar preso por esta atividade o tráfico ilícito de drogas “*representou só desgraça [...] se eu pudesse parar e voltar tudo atrás e tivesse que jogar tudo o que eu consegui, eu jogava tudo fora, porque não compensa*”.

Enquanto para o entrevistado D, sua inserção no tráfico ilícito de drogas foi em sua adolescência, pois “*já mexia com drogas lá em São Paulo, vendia desde os 16 anos*”, mas sua prisão pelo crime tráfico ilícito de drogas se deu quando estava foragido da Colônia⁴², e sua filha estava com meningite e precisava de remédios, então “*vim buscar uma droga em Foz do Iguaçu e fui preso*”. E para ele o tráfico ilícito de drogas é

meio fácil de ganhar dinheiro mais não é muito compensativo [quando perguntado ao entrevistado o porquê não compensa, o mesmo relatou que em decorrência do tráfico ilícito de drogas] perdi muitas coisas, como o contato com minha família, não ganhei muito dinheiro, estou preso. (Entrevistado D)

Enquanto para o entrevistado E, iniciar suas atividades no tráfico ilícito de drogas “*foi para mim sobreviver, foi para sobreviver*” e para o entrevistado B “*foi desespero*”, pois segundo o entrevistado ele estava desempregado, e depois que “*aconteceu o homicídio foi difícil de arrumar serviço, eu não tinha a ficha limpa, chegou a eu perder vários serviços bons por causa disso ou porque eu não tinha estudo.*”, pois ainda segundo B as empresas que são boas pedem antecedentes criminais e observam a escolaridade.

⁴² De acordo com a LEP em seu artigo 91º “A Colônia Agrícola, Industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semi-aberto.” (BRASIL, 2003, p. 212).

Quando perguntado sobre o que representa o tráfico ilícito de drogas para E este diz que representou “*lucro, agora não representa nada*”, e ainda completa afirmando que “*ganhei muito dinheiro, agora não ganho nada*”. Já para B “*o tráfico pra mim hoje [pausa] é só cadeia e inimizade [...] o dinheiro vinha fácil*”. E para o entrevistado A, antes de ser preso, o tráfico ilícito de drogas representava a fonte de sobrevivência e sustento da família, entretanto, o entrevistado afirma que após sair da prisão não vai representar mais nada.

Estas representações do tráfico ilícito de drogas apontam para a compreensão de que a inserção nesta atividade se concretiza pela esfera material, econômica, como alternativa de sobrevivência e que devido a sua condição de presos por ela, estes sujeitos exteriorizam o arrependimento, a culpabilidade, de todo o “mal” que causaram, reiterando a lógica de que o “crime não compensa”.

Mas quanto às relações dos crimes cometidos pelos entrevistados, Magalhães (2000) afirma que as drogas e o tráfico ilícito de drogas são responsáveis pelo maior número de mortes no país, seja pela transmissão de doenças, pelas “balas”, associando o tráfico ilícito de drogas a outras atividades ilegais, como o tráfico de armas. Nesse sentido:

Com efeito, o narcotráfico costuma se articular com bandidos e praticar contravenções e crimes como roubo a bancos, carros-fortes, caixas eletrônicos, cargas [...], caminhões, furto e roubo de carros [...], desmanche, desmatamento, extração ilegal e contrabando de madeira, cigarros, ouro, cassiterita, pedras preciosas e imensa variedade de produtos, câmbio irregular, tráfico de armas, escravos, órgãos humanos, prostituição, pornografia infantil, tortura, assassinato, formação de grupos de extermínio na cidade e no campo, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, jogo do bicho, jogos de azar, corrupção, desvio de verbas públicas, extorsão mediante seqüestro, extorsão com outros meios, fraudes médicas, contra a Previdência, a Receita Federal, cartões de crédito, seguradoras, instituições financeiras públicas e privadas de todo o tipo, golpes na internet, suborno e, para encerrar uma lista na verdade infundável, financiamento ilegal de campanhas políticas. (MAGALHÃES, 2000, p. 46).

Para tanto, três dos entrevistados afirmam que não há relação entre os crimes cometidos, enquanto o entrevistado C diz que “*sim, [afirmando ter relação entre os crimes pelos quais está respondendo, pois] tentei subornar os policiais, mas não deu certo, eles armaram para mim*”, o entrevistado disse que foi autuado com a droga e que os policiais ofereceram um acordo com ele, mas quando foi ao banco para retirar a quantia estipulada por eles, foi autuado em flagrante por tráfico ilícito de drogas e “tentativa” de suborno, entretanto, relata que perdeu o dinheiro e a droga para esses policiais.

Afirmativa que vem de encontro com o que Oliveira (2004) relaciona ao tráfico ilícito de drogas:

“Esta relação entre Estado e criminalidade ainda é muito fraca no Brasil. O fato do crime estar circunscrito a uma região específica das cidades, onde tradicionalmente opera relações de subserviência e exclusão reforça este caráter mais doméstico do tráfico, restringindo a corrupção a policiais militares, principal responsável pela repressão direta ao tráfico. [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 96).

Enquanto E, corrobora com Magalhães (2000), afirmando que todo crime tem relação com o tráfico ilícito de drogas, pois para ele “*qualquer outro crime [segundo o entrevistado, exceto estupro ou “pilantragem”] tem relação com o tráfico de drogas [...] o tráfico tem a ver com muita coisa [...] quem vende droga, vende tudo*”. E ainda afirma que quando participava do tráfico ilícito de drogas, vendia armas, praticava seqüestros, assaltos, trocava tiros com outras favelas, mas crimes os quais não foi acusado, pois segundo ele “*não me arrependo de muitas coisas que eu fiz [...] para aprender muitas coisas a gente tem que sofrer [mas para ele] ninguém paga por tudo o que faz*”.

Contudo, uma das condições para se comercializar as drogas é

“[...] um aparato financeiro muito grande, exigindo que os envolvidos disponham de capital em espécie para investir no negócio. [...] São poucos os traficantes dos bairros pobres que dispõem de altas somas em dinheiro para financiar seus negócios. O mais comum é a associação a algum indivíduo com maior poder aquisitivo como políticos, artistas e empresários, para custear a compra da mercadoria e/ou o roubo, o seqüestro, o assalto a banco.” (OLIVEIRA, 2004, p. 104-105).

O que é refutado por A e D, que afirmaram que tinham um dinheiro guardado e vieram comprar drogas em Foz do Iguaçu – PR, entretanto ambos não fazem parte do “esquema do tráfico”, pois dizem ser somente vendedores.

Em relação à remuneração da comercialização de drogas, Magalhães (2000) afirma que não é nessa esfera que se concentram os maiores ganhos com o tráfico ilícito de drogas, mas conforme C, como “distribuidor” conseguiu “*algumas coisas, como casa, mobília da casa, carro, moto, sítio*”, enquanto para B a comercialização de drogas não valeu a pena materialmente pois

consegui bastante coisa [segundo o entrevistado carros, motos, casa] só que perdi tudo depois que fui preso, por causa dos acertos [conforme o

entrevistado, depois de preso tem-se que fazer acordos com policiais, advogados, e isso para ele é porque] *fui preso por uma denúncia, mas comigo não tinha nada, mas a polícia foi em minha casa e encontrou a droga que ficava enterrada no quintal.* (Entrevistado B).

E ainda conforme o entrevistado E, “*não soube administrar o dinheiro, ele sobe pra cabeça [...] o que o crime te dá o crime te toma*”, mas que mesmo assim possui casas e dinheiro.

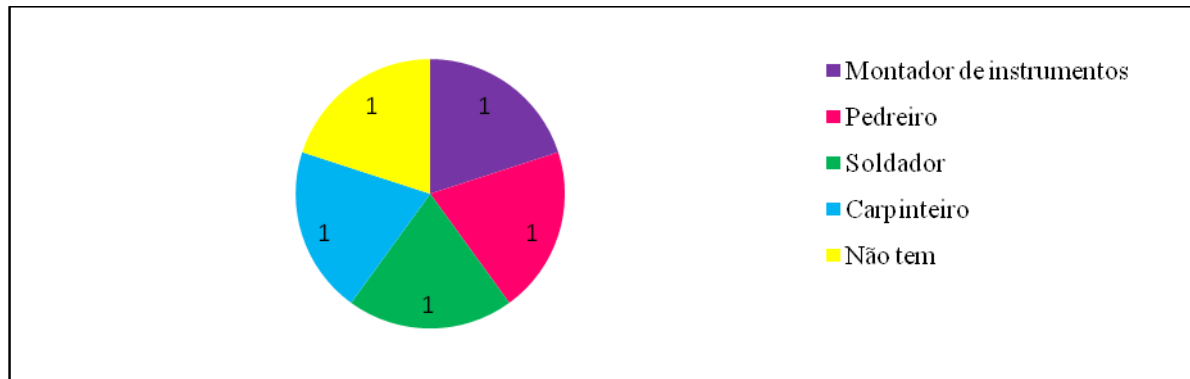
A partir disso, têm-se, conforme os próprios entrevistados e a literatura utilizada que o tráfico ilícito de drogas caracteriza-se como uma forma de trabalho, por possibilitar aos seus “trabalhadores” uma forma assalariamento que reproduz suas necessidades e de seus familiares. Portanto, isso nos leva ao segundo eixo de análise.

2.2.2.2 O tráfico ilícito de drogas: trabalho e relações de trabalho

Este eixo tem por finalidade responder ao objeto de estudo da pesquisadora, no sentido de confirmar ou refutar a hipótese de pesquisa e justificar ou não teoricamente o porquê do tráfico ilícito de drogas ser considerado uma expressão do trabalho informal para a sociedade capitalista.

Para isso, inicia-se esta reflexão demonstrando, conforme entrevista com os sujeitos da pesquisa, em gráfico escolhido de maneira intencional para melhor vislumbre, as profissões as quais eles se reconhecem, donde constatou-se que cada sujeito entrevistado possuía uma profissão diferente, e 1 deles não tem profissão:

GRÁFICO 11 – PROFISSÕES DA AMOSTRA:



FONTE: Pesquisa de campo realizada em 2008.

Contudo, percebe-se que, conforme Tavares (2001) as formas de relações de trabalho que compõem a informalidade são instrumentos os quais o capital se utiliza para que haja a exploração da força de trabalho, seja de um trabalhador pelo outro, do trabalhador pelo capital, mas que garantam ao capital a apropriação de lucro, entretanto, sem nenhum ônus ao capital e com o ônus ao trabalhador de não garantia de seus direitos fundamentais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a partir das profissões explicitadas pelos sujeitos da pesquisa e pelas suas experiências profissionais, estes experimentavam em seu cotidiano as diversas expressões da informalidade, bem como seus conviventes (que serão tratados mais adiante), o que é verificado quando se questiona a relação de formalidade de sua venda de força de trabalho, e se obtém a seguinte resposta de A: “*Tive registro como trabalhador rural, mas faz 09 anos que não tenho registro*”, ou mesmo de B e C, que tiveram várias experiências formais em suas relações de trabalho, mas que não perduraram por muito tempo, e que antes de serem presos possuíam atividades informais como autônomo. Portanto:

[... a partir das pesquisas realizadas sobre as transformações no mundo do trabalho, o autor percebe] um nítido crescimento das relações de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para trabalhadores sem carteira assinada. (ANTUNES, 2006, p. 24).

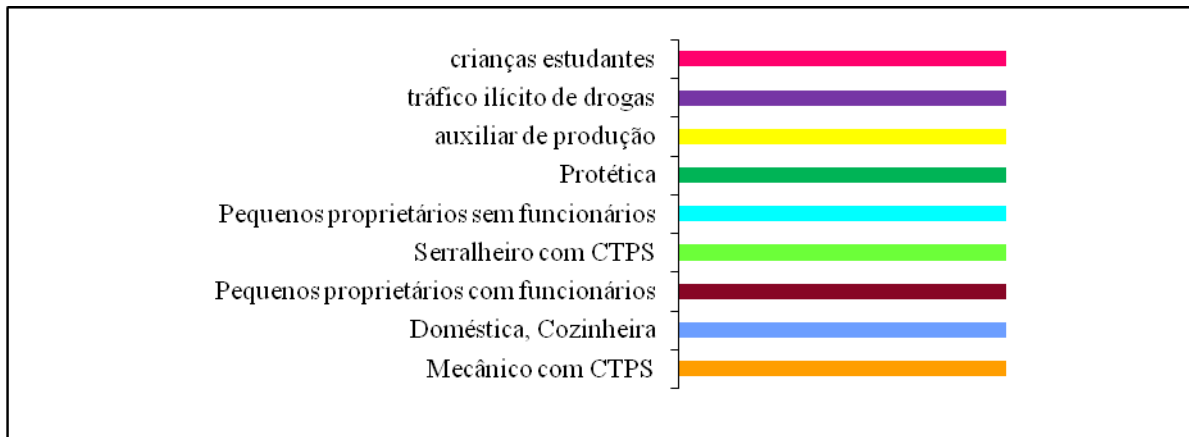
Por isso, a questão do expurgo do trabalhador fica mais evidente quando tem-se a partir de D e E as seguintes afirmativas: “*Não tenho carteira de trabalho*” e “*Nunca tive registro*”, onde estes dois sujeitos possuem idade que para o capital compreende-se em economicamente ativa e que estes possuem como possibilidade de sobrevivência somente a venda de sua força de trabalho, para reprodução de sua vida material e de sua “família”, nos remontando às velhas formas de exploração de trabalho, quando da constituição do modo de

produção capitalista, e estes trabalhadores são submetidos às mais diversas expressões da “questão social”, em que podemos citar o ingresso no exército industrial de reserva e às formas precárias de trabalho⁴³. Por isso,

[...] A diminuição dos postos de trabalho efetivos e estáveis está vinculada não só a um processo mais amplo de precariedade, mas também à afirmação de atividades flexibilizadas e intermitentes, em um contexto que supera o mercado de trabalho e se impõe como modalidade da vida cotidiana. (VASAPOLLO, 2006, p. 49).

A partir dessas informações, solicitou-se quais eram as profissões, bem como as relações de trabalho de seus conviventes, enquanto ainda contribuía direta ou indiretamente para a reprodução material de sua família. O que nos é demonstrado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 12 - PROFISSÕES DOS FAMILIARES:



FONTE: Pesquisa de campo realizada em 2008.

Por essas informações, remontamos à Tavares (2001) que expressa que essas novas expressões da venda da força de trabalho caracterizam-se pela exploração desse trabalhador, e que como forma de garantir que haja concretude nessa exploração há de se ter legitimação “social, intelectual e moral”, e para tanto, o capital dissimula a “extração de sobretrabalho” e o transforma em trabalho autônomo, como pode ser observado sob as

⁴³ Corroborando com Tavares (2001), tem-se que: “[... sob o discurso político de defesa da flexibilização e das transformações do mundo do trabalho se] desvincula as desigualdades sociais da contradição capital-trabalho as quais passam a ser responsabilidade de cada sujeito e não da sociedade. [...] Ao tratar a questão social como problemas de indivíduos isolados, o dogma econômico dominante parece nada ter a ver com o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho que o programa de ajuste estrutural provoca [... pois estes] são tratados como fatos secundários no universo do crescimento econômico.” (TAVARES, 2001, p. 91).

profissões de doméstica e cozinheira, que desenvolviam suas atividades mediante os chamados “bicos”.

Continuando sob Tavares (2001) além da autonomia, têm-se a propagação da idéia do trabalhador se configurar enquanto patrão, observado pelos pequenos proprietários com ou sem funcionários, mas que contam com a colaboração da família, ou seja, do trabalho familiar. Esses pequenos proprietários, segundo a autora, não devem ser confundidos com os capitalistas, pois a mobilidade entre as classes sociais não é simples como as transformações das relações de trabalho. Para além disso, ainda se difunde a idéia do fim do trabalho assalariado, o que obscurece as dimensões do desemprego, fragilizando e fragmentando a “classe-que-vive-do-trabalho” e se “opera o culto à individualidade”, garantindo a manutenção desse modo de produção e de suas formas de exploração.

Além das profissões formais, de pedreiro e serralheiro, que conforme Malaguti (2000), Alves e Tavares (2006), possibilitam a reprodução da família trabalhadora, pois a formalidade e a informalidade coexistem e a formalidade assume um papel primordial, por ser a única fonte de renda estável daquela família. Mas,

[...] massa hoje muito significativa da mão-de-obra que opta pela economia ilegal ou subterrânea, desarticulando e desagregando rapidamente a sociedade, como tem sido constatado, por exemplo, desde as favelas do Rio de Janeiro até a produção de coca na Colômbia, ou as invasões de empresas de gado na Amazônia. (DOWBOR *apud* ALVES; TAVARES, 2006, p. 442, nota de rodapé nº 10).

Portanto, tem-se que estas múltiplas relações de trabalho constituem-se como integrantes do desenvolvimento das relações de trabalho capitalista, e que as expressões da informalidade são vivenciadas por todas as famílias dos sujeitos da pesquisa, que se constituem enquanto uma amostra do universo de estudo, e que essas mesmas profissões e relações de trabalho são visíveis por todos os presos da PIC.

Para tanto, cabe retomar as falas dos entrevistados no eixo anterior, quando eles explicam o porquê de sua inserção no tráfico ilícito de drogas, e todas as respostas caminham ao mesmo sentido, como uma forma de assalariamento, pois para Oliveira (2004), “[...] A procura pelo tráfico não é a busca de poder meramente mas é uma forma de inserção no mercado de trabalho. Para meninos com baixo grau de escolaridade, o tráfico de drogas é a possibilidade de sobrevivência ainda que breve. [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 94).

Percebe-se ainda que os cinco entrevistados, possuem baixa escolaridade, pois não tinham o Ensino Fundamental Completo, o que o entrevistado A, apontou como fator de exclusão do mercado de trabalho.

Mas em contradição com a sua inserção na atividade, quando se pergunta aos entrevistados se eles consideram o tráfico ilícito de drogas como um trabalho, em sua maioria tem-se a resposta negativa, conforme o entrevistado B, “*não é um trabalho*”, ou ainda conforme o entrevistado C, “*para mim não é não*”, e D “*não*”. Somente o entrevistado E afirma que o tráfico ilícito de drogas “*foi [um trabalho, mas] não necessariamente que seja hoje em dia*”.

A partir disso foi questionado aos entrevistados o por que de não ser um trabalho, e o que os mesmos consideram como trabalho, e obteve-se as seguintes respostas, para B não é trabalho “*porque traz conseqüências, como morte e prisão, que um trabalho não traz*”, enquanto que para C não é um trabalho “*porque só traz desgraça para a família da gente e a dos outros, é o pivô da desgraça*”, pois para o entrevistado C trabalho é “*levantar cedo e trabalhar, num serviço decente. Ganhar dinheiro honesto*”, enquanto D corrobora com a afirmativa de C, quando afirma que “*porque tudo que vem fácil vai fácil [pois para o entrevistado trabalho é um] trabalho digno, que você ganha honestamente, sem prejudicar ninguém*”.

Essas afirmativas nos fazem retomar as discussões postas por Forte (2007), Oliveira (2004) e Cruz Neto *et al* (2001) sobre a culpabilização, bem como criminalização dos trabalhadores do tráfico, enquanto referências socialmente reconhecidas pelos males causados pelo uso de drogas, e pela violência em que a sociedade atual vivencia.

Violência esta que segundo Oliveira (2004) é resultante da própria ilegalidade do tráfico ilícito de drogas, bem como uma expressão da “questão social”. E corroborando com Oliveira (2004), tem-se que

[...] Essa nova geração sofre as conseqüências das desigualdades sociais e reage de diferentes maneiras. Na opção pelo lucro e na defesa do mercado, grande parcela dos jovens é excluída pela sociedade. A pobreza é o indicador mais sensível da concentração de renda no Brasil e, diante deste quadro, a principal forma de violência passa a ser a violência estrutural perpetrada pelo próprio Estado constituído, gerando a opressão de pessoas e grupos, negando-olhes oportunidades necessárias, tornando-os mais vulneráveis às mazelas sociais, ao sofrimento e à morte [...] Uma pobreza que permeia a sobrevivência das pessoas seja através do desemprego, dos baixos salários, das péssimas condições de moradia e saneamento básico. [...]. (CRUZ NETO *apud* CRUZ NETO *et al*, 2001, p. 47).

O que nos remonta ao que foi discutido no capítulo 1, quando das transformações no mundo do trabalho e as reconfigurações do exército industrial de reserva. Portanto, entende-se necessário retomar o que Netto (1996) traz sobre as metamorfoses do lumpemproletariado, pois o tráfico ilícito de drogas como uma “organização empresarial” que interage com a “economia oficial”, no sentido do que “[...] peculiariza boa parcela desses segmentos é que, situados nas bordas da ‘sociedade oficial’, eles se vêem e são vistos como uma ‘não sociedade’ ou uma ‘contra-sociedade’ – e interatuam com a ordem.” (NETTO, 1996, p. 96).

E mesmo sob estas transformações do lumpemproletariado, Marx e Engels (2005) no Manifesto do Partido Comunista apontam que estes trabalhadores, reconhecidos como “[...] putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade [possuem como característica ...] suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação.” (MARX; ENGELS, 2005, p. 49).

O que justifica o discurso da maioria dos entrevistados de que o tráfico ilícito de drogas não é um trabalho, por serem moralmente culpados e reproduzirem esse discurso. Para tanto, nas palavras de Netto (1996), essa contra-sociedade interatua com a ordem, e principalmente reproduzem cotidianamente a alienação do trabalhador, por não se reconhecer em seu produto vendido, e almejem o “trabalho digno”, ou seja, o trabalho assalariado formal, com proteção e garantias sociais, e isso é verificado quando das alternativas de emprego que os entrevistados almejam quando cumprirem suas penas, e o entrevistado D diz: “*quero voltar a trabalhar **honestamente**, na área da construção civil*”. (Entrevistado D, grifo meu). E ainda quando B afirma que quando sair da prisão “*quero retomar os estudos e me formar em técnico de informática*”.

Mas o que nos leva a entender o tráfico ilícito de drogas como um trabalho é por este ser “[...] uma organização econômica, financeira, de tipo capitalista, estruturada de acordo com os mesmos parâmetros de maximização do lucro, controle vertical e produtividade que qualquer empresa multinacional industrial, comercial ou bancária legal” (ZIEGLER *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 85).

E que principalmente, frente às transformações no mundo do trabalho, às estratégias de retirada de direitos do trabalho se dá concomitantemente com a ascensão da atividade do tráfico ilícito de drogas, em que através da terceirização, autonomia, pequenas empresas, cooperativas, contratos temporários, salários por unidade, o capital se apropria de um sobretrabalho cada vez maior.

Por isso, pode-se afirmar que o tráfico ilícito de drogas é produto da sociedade capitalista contemporânea, e enquanto atividade inserida no processo de globalização e de produção de valor significa um espaço de apropriação de mais-valia e em consequência lucro, o qual transforma a droga e o “traficante” em mercadorias à sociedade, mas com uma conotação moral de ilicitude e de responsabilização por todos os males da sociedade.

Nesse sentido, Oliveira (2004) nos demonstra que a droga no contexto atual tem uma diferenciação do que representava nos anos 1960, servindo como uma mercadoria dentro dessa sociedade de consumo, pois para

[...] O jovem alijado do trabalho formal, por inúmeros motivos, quer consumir, quer ter poder aquisitivo, quer pertencer à sociedade da qual ele é excluído. O que nos leva a crer que o processo de inclusão social é tão perverso quanto o de exclusão social, pois resulta no esforço de pertencer ao mundo capitalista e de consumo a qualquer preço. (OLIVEIRA, 2004, p.110-111).

Nesse sentido, o pertencimento a esta sociedade para essa classe-que-vive-do-trabalho se dá somente através da venda de sua força de trabalho, e esses sujeitos, que constituem o exército industrial de reserva, vêem no trabalho informal uma alternativa de sobrevivência, e na particularidade do tráfico ilícito de drogas, o qual segundo Magalhães (2000) propicia uma remuneração, e porque não dizer um salário, maior do que em qualquer posto de trabalho que este se inserisse, o possibilitando fazer parte dessa sociedade de consumo e o proporcionando as condições objetivas para sua manutenção e reprodução.

E essa afirmativa, de que o tráfico ilícito de drogas caracteriza-se enquanto um trabalho informal é tratada por Salama (2002), quando este estuda a “economia dos narcodólares”, donde se tem a inserção do dinheiro ilegal obtido através do tráfico na economia formal, transformando-o em “dinheiro limpo”.

[...] as formas de organização para a comercialização [das drogas], em seus diferentes estágios se inserem em um conjunto de atividades informais que lhes serve de suporte e assume o aspecto de circuitos móveis, diversos, bem diferentes da imagem passada pela imprensa quando esta menciona este ou aquele cartel. [...]. (SALAMA, 2002, p. 126).

Neste sentido, somente o entrevistado E afirmou que como estratégia para “*desbaratinar o dinheiro*” investia em comércios, como lanchonetes, para que não houvesse suspeitas sobre o dinheiro, mas E ainda afirmou que não trabalhava no estabelecimento,

somente investia o dinheiro e “*dava pra alguém tocar*”. O que nos leva a entender que o dinheiro ilegal oriundo do tráfico ilícito de drogas, nesse caso, gerava postos formais de trabalho a outros trabalhadores.

O entrevistado E ainda completa dizendo que “*chegou umas horas que toda a minha família estava envolvida [no tráfico ilícito de drogas]*”, confirmando o que Alves e Tavares (2006) determinam como “trabalhadores por conta própria”, em que exerce-se um trabalho familiar para reprodução dessa família.

Por isso, traz-se a contribuição de Malaguti (2000), quando este afirma que

[...] a informalidade é, hoje, o “arrimo” da maior parte da população trabalhadora brasileira. Portanto, constitui a regra nacional de pertencimento ao mundo do trabalho. O problema é, pois, o de encontrar-se novos instrumentos teóricos que permitam detectar e compreender esta nova padronização do mercado e da legislação do trabalho, em toda a sua complexidade, desvendando sua lógica, suas formas de reprodução, as redes de sociabilidade que engendra, suas ligações com a pequena marginalidade e com o crime. Além, é claro, de sua estreita colaboração com o grande capital e seu papel na crise estrutural do capitalismo mundial. (MALAGUTI, 2000, p. 81).

Por isso, quando Magalhães (2000) traz que o tráfico ilícito de drogas organiza-se como uma empresa, mas possui um caráter ilegal, e precisa de instrumentos legais para sua proteção, afirma-se que esta atividade financia o grande capital e seus lucros vão para o grande capital, mas que seus trabalhadores, na esfera do varejo, também necessitam de estratégias como a explicitada por E anteriormente, através da abertura de estabelecimentos comerciais, para garantir seu assalariamento.

Portanto, entende-se que o tráfico ilícito de drogas é uma expressão do trabalho informal, e que serve como instrumento de reprodução do trabalhador e de sua família, bem como está imbricado aos interesses do grande capital, e que possui como característica um trabalho alienante e alienado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão da significação do trabalho para a constituição do ser social, nota-se como o significado do trabalho à sociedade capitalista é deturpado e assume um caráter de mercadoria, o qual serve enquanto instrumento de exploração e alienação ao trabalhador, se constituindo como única categoria que possibilita a criação de valor, o qual é apropriado pelo capitalista, ou seja, roubado do trabalhador.

Nesse sentido, a partir dos fundamentos do capitalismo, propôs-se a discutir as metamorfoses das relações de trabalho, principalmente enquanto respostas às crises estruturais do capital e que são inerentes ao mesmo. Para tanto, o trabalho informal e a informalidade “emergem” como uma alternativa aos trabalhadores expurgados da formalidade do trabalho e da proteção legal à sua condição de assalariados.

Essa “nova” forma de assalariamento na sociedade capitalista – o trabalho informal – responde aos interesses do capital, por possibilitar a exploração do trabalhador com menos custos sociais, responsabilidades, e manifesta a contradição entre capital e trabalho e que se articula com outra expressão da “questão social” que é o tráfico ilícito de drogas.

O tráfico ilícito de drogas, a partir do capítulo segundo, é demonstrado em seu movimento na sociedade contemporânea. Identifica-se que esta atividade está articulada ao movimento mundial de legalidade e ilegalidade das drogas e em consonância com sua regulação mundial, mas que a mesma emerge enquanto “caótica” à sociedade, a partir da década de 1970.

O tráfico ilícito de drogas, que hoje é motivo de um grande encarceramento de trabalhadores, expressa as contradições inerentes a essa sociedade de classes, e se manifesta conjuntamente as várias manifestações da “questão social”, como desemprego, subemprego, trabalho informal, violência, criminalidade. Para tanto, têm-se o trabalho informal, também como uma violação de direitos aos trabalhadores que nele ingressam e um “crime” pelo seu caráter de desproteção, exploração e desregulamentação.

Para tanto, buscou-se nas falas dos sujeitos da pesquisa, envolvidos e encarcerados pelo tráfico ilícito de drogas, o que esta atividade representa e significa a eles, e identificou-se um movimento de “culpabilidade” em relação ao tráfico ilícito de drogas, e

coloca-se como hipótese disto, sua própria condição de privação de liberdades bem como a constante criminalização do tráfico pelos veículos ideológicos de comunicação.

Entretanto, quando de suas inserções no tráfico ilícito de drogas, verifica-se que esta se deu como única alternativa para suas reproduções materiais, e a mesma possibilita a seus envolvidos a garantia de bens e serviços que, enquanto trabalhadores e constituintes do exército industrial de reserva, não alcançariam. Além de se identificar o trabalho alienado e alienante a esse trabalhador, que não se reconhece na mercadoria que produz, nem vislumbra nos trabalhadores sua classe. Nesse sentido, o reconhecimento do trabalho, perpassa o discurso ideológico do “trabalho digno”, do “trabalho suado”, da honestidade, da formalidade, da “subordinação”.

E esse reconhecimento expressado nas falas dos sujeitos, que em sua maioria, não entendem o tráfico ilícito de drogas como um trabalho, fica exponenciado quando da relação com a formalidade do trabalho, pois esse emprego protegido, seguro, com regulações é a forma de venda de força de trabalho almejado por esses sujeitos, mas formas as quais não fazem parte, por terem sido alijados desses postos.

Ainda cabe ressaltar que a articulação entre as falas dos sujeitos e a literatura consultada, divergem em alguns momentos, principalmente quando da constituição ou organograma do tráfico ilícito de drogas. E coloca-se como hipótese a justificativa de que nenhum deles foi preso por associação a duas ou mais pessoas com a venda de drogas, ou mesmo pelo caráter da entrevista, a qual foi supervisionada por um agente de segurança.

Mas apesar dos trabalhadores do tráfico ilícito de drogas não reconhecerem esta atividade como uma forma de assalariamento, percebe-se as contradições de suas explicitações, quando afirmam ser o tráfico ilícito de drogas uma fonte de renda, uma forma de reprodução material de sua família, e de colocar-se enquanto única ou principal atividade profissional desenvolvida e de renda, que os possibilitam inserirem-se nessa sociedade de consumo.

Por isso, sob as literaturas estudadas, consegue-se comprovar a hipótese de pesquisa formulada, quando se afirma que o tráfico ilícito de drogas é uma expressão do trabalho informal na sociedade capitalista, e seu não reconhecimento como tal encontra-se na ilegalidade das drogas, mas que se articula com a ilegalidade do trabalho informal.

Neste sentido, são vários os questionamentos que se colocam a partir desse estudo, pois quem são as pessoas que estão presas por esta atividade? São as pessoas que apropriam-se da mais-valia? Para onde vai a maior parte do dinheiro obtido com esta atividade? Qual a função da lavagem de dinheiro e para quem interessa a transformação desse

dinheiro “sujo” em dinheiro “limpo”? O que se fazer frente ao encarceramento maciço pelo tráfico?

Deixa-se essas perguntas, deixa-se a possibilidade de construir condições diferentes à esses trabalhadores, seja pela reformulação da legislação, pela legalização da atividade, pela formalização desse trabalho, mas principalmente pela transformação das relações sociais que balizam a vida dos trabalhadores, a apropriação e propriedade privada.

Referenciando ao título desta monografia, esses trabalhadores são duplamente condenados pelo trabalho: uma vez que se entende o tráfico ilícito de drogas como uma forma de trabalho informal na sociedade capitalista, a qual condena uma grande massa da população estar presa por ele, e/ou condenada a ele.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Mundialização do capital e acumulação flexível: A nova ofensiva do capital na produção. *In: Trabalho e Mundialização do Capital: A nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Praxis, sem data.

_____. O que é a mundialização do capital. *In: Trabalho e Mundialização do Capital: A nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Praxis, sem data.

_____. Os fundamentos ontológicos da reestruturação capitalista. *In: Trabalho e Mundialização do Capital: A nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Praxis, sem data.

ALVES, Maria Aparecida. TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “Autonomia” ou precarização. *In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Pedro. A esfera da informalidade: uma resposta ao desemprego. *In: A informalidade, uma resposta do projeto societário capitalista à questão social desemprego: O caso dos ex-bancários do BANESTADO em Cascavel*. Dissertação de Mestrado. Toledo: UNIOESTE, 2005.

ALVES, Pedro. A questão social desemprego estrutural nos marcos da sociedade capitalista tardia. *In: A informalidade, uma resposta do projeto societário capitalista à questão social desemprego: O caso dos ex-bancários do BANESTADO em Cascavel*. Dissertação de Mestrado. Toledo: UNIOESTE, 2005.

ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. *In: Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. A era da informatização e a época da informalização: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. *In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. As respostas do capital à sua crise estrutural: a reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho. *In: Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Dimensões da crise estrutural do capital. *In: Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. O toyotismo e as novas formas de acumulação de capital. *In: Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social. *In: Política Social: Fundamentos e história*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BIANCHETTI, Roberto G.. O ressurgimento neoliberal. *In: Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Lei de Execução Penal – Lei nº 7210/84. *In: Coletânea de legislações: direitos de cidadania*. Curitiba: CRESS 11ª região, 2003.

_____. Lei nº 11.343, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Acesso em: 25/03/2008.

_____. Lei nº 6.368 de 21/10/76. *In: PINTO, Antonio Luiz de Toledo. WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos. CÉSPEDES, Livia. (colab.). Vade mecum saraiva*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRAVERMAN, Harry. A estrutura da classe trabalhadora e seu exército de reserva. *In: Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. Trabalho e força de trabalho. *In: Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CAMARGO, Maria Soares de. A prisão. *In: Revista Serviço Social e Sociedade* nº33, ano XI, agosto. São Paulo: Cortez, 1990.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Introdução. *In: A questão social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CRUZ NETO, Otávio. *et al.* Revisitando o tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro: Raízes históricas de um objeto de estudo recente. *In: Nem soldados, nem inocentes: Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DECISÃO do TJ-SP define que porte de droga não é crime. Rio de Janeiro: O Globo edição São Paulo, 2008. Disponível em:
<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL534014-5605,00.html>. Acesso em: 24/05/2008.

FORTE, Francisco Alexandre de Paiva. Racionalidade e legitimidade da política de repressão ao tráfico de drogas: uma provocação necessária. *In: Estudos avançados.* São Paulo: v. 21, n. 61, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05/04/2008.

FOUCAULT, Michel. As instituições completas e austeras. *In: Vigiar e Punir.* Petrópolis: Vozes, 1987.

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação flexível. *In: Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. Questão Social e Serviço Social. *In: O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.* 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 27-42.

_____. Mundialização da economia, capital financeiro e questão social. *In: Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 105-128.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Informalidade: Reflexões sobre o tema. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 69, ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGALHÃES, Mário. **O narcotráfico.** São Paulo: Publifolha, 2000.

MALAGUTI, Manoel Luiz. Plano real e informalidade. *In: Crítica à razão informal: A imaterialidade do salariado.* São Paulo: Boitempo, 2000, p. 42-85; 99-105.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. *In: O capital: Crítica da economia política.* Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Volume II, 5ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 712-752.

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. *In: Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Burgueses e proletários. *In: Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005

MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. *In: TEIXEIRA, F.J.S.; OLIVEIRA, M.A.O. (orgs.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-107.

MÉSZÁROS, István. A disjunção de necessidade e produção de riqueza. *In: Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Globalização e Reestruturação Produtiva: duas determinantes para a estratégia neoliberal de Estado e Mercado. *In: Revista Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social*. Vol. 1, nº 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 101-125.

NETTO, José Paulo. Ofensiva neoliberal e seu significado. *In: Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Revista Serviço Social e Sociedade* nº50, ano XVII, abril. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: Uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOTÍCIAS de uma guerra particular. Direção de João Moreira Salles e Kátia Lund. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1999. DVD (57 min), português, documentário.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. A constituição do mercado ilegal de drogas no Brasil. *In: Lavagem de dinheiro do narcotráfico: Etapa superior da globalização financeira*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

OLIVEIRA, Vívian Bertelli Ferreira de. **Construção aproximativa com o campo de estágio**. Toledo: UNIOESTE, 2007.

PARANÁ. **Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná**. Curitiba, 1996.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRATES, Jane Cruz. Planejamento da pesquisa social. *In*: **Revista Temporalis**: ano 4, nº 7 (jan/jun 2003). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2003.

SALAMA, Pierre. A economia dos narcodólares. *In*: **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Financeirização e flexibilidades do trabalho. *In*: **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 102-124.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. O impacto do ajuste sobre a política social: o desmonte e as propostas de “reforma”. *In*: **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. O que é o ajuste neoliberal. *In*: **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

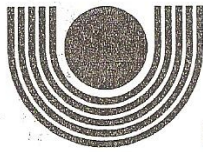
TAVARES, Maria Augusta. A terceirização e a nova composição da informalidade. *In*: **Revista Temporalis**: ano 2, nº 4 (jul/dez 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: Informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: Elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – OFÍCIO COM PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

**unioeste****Universidade Estadual do Oeste do Paraná***Campus de Toledo*

Rua da Faculdade, 645 - Jd. La Salle - Fone: (45) 3379-7000 - Fax: (45) 3379-7002 - CEP 85903-000 - Toledo - PR

www.unioeste.br

UNIOESTE, 26 de agosto de 2008.

Ofício 001/2008

ILMO DIRETOR DA PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE CASCAVEL**Prezado Sr. Juarez Alves Pereira**

Venho por meio deste, solicitar junto à Penitenciária Industrial de Cascavel autorização para a acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE - Vivian Bertelli Ferreira de Oliveira, acessar os prontuários dos internos, bem como entrevistá-los como parte de uma pesquisa que a mesma está desenvolvendo.

Justificamos esta necessidade, uma vez que a acadêmica do curso de Serviço Social se encontra regularmente matriculada no último ano do curso e tem como requisito para a formação profissional e conclusão do curso a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que deve versar, preferencialmente, sobre o espaço de estágio em que está inserida.

Informamos que esta acadêmica possui uma orientadora exclusiva que a acompanhará em todo processo de elaboração do TCC, sendo também responsável pelas informações contidas no trabalho.

Todas as informações serão asseguradas, pois o Serviço Social tem como um de seus deveres de trabalho o sigilo profissional, o qual protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional, cuja vinculação se encontra no Código de Ética do Assistente Social, que prima pelos direitos dos usuários dos seus serviços, sendo também aplicado aos acadêmicos.



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Toledo

Rua da Faculdade, 645 - Jd. La Salle - Fone: (45) 3379-7000 - Fax: (45) 3379-7002 - CEP 85903-000 - Toledo - PR

www.unioeste.br

Nestes termos, solicitamos a esta instituição a compreensão e o deferimento da solicitação, certas de que a pesquisa contribuirá tanto para a profissão como para esta instituição.

Atenciosamente,

Mileni Alves Secom

(docente de Serviço Social)

GRESS nº: 4861

Vivian Bertelli Ferreira de Oliveira

(acadêmica de Serviço Social)

RG nº: 43.726.854-8

1. Dias - ciente em 27/08 Shais
 Encaminho a Direção.

2. Direção de ciente e de acordo com a solicitação de autorização
 para a realização do trabalho da acadêmica

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO UTILIZADO EM ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO:

1. Dados de caracterização do interno:

Idade: _____

Escolaridade: _____

Pessoas que convivia: _____

Estado civil: _____

Tempo de prisão: _____

2. Dados sobre atividades laborativas:

Profissão: _____

Atividades profissionais desenvolvidas anteriormente à sua prisão: _____

Atividades profissionais das pessoas as quais o interno convivia: _____

Possuía registro em CTPS: _____

3. Dados sobre o (s) crime (s):

Quais os crimes cometidos:

Qual o motivo que o levou a participar do tráfico ilícito de drogas:

O que o tráfico ilícito de drogas representa para você:

Qual a relação entre os crimes que você está respondendo:

Para você o tráfico ilícito de drogas é um trabalho:

4. Quais as suas perspectivas de trabalho quando cumprir sua pena:

OBSERVAÇÕES:

APÊNDICE 3 – OFÍCIO ENCAMINHADO COM O QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – CCSS

Toledo, 29 de setembro de 2008.

A/C: Diretor da PIC – Juarez Alves Pereira

Venho por meio deste informar ao Senhor, conforme acordado, o conteúdo das questões que comporão a entrevista semi-estruturada com alguns presos deste estabelecimento, com a finalidade de contemplar o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica. Para tanto, seguem as questões que nortearão a citada entrevista.

- 1- Dados de caracterização do interno: idade, escolaridade, estado civil, tempo de prisão;
- 2- Dados sobre atividades laborativas: profissão, atividades profissionais desenvolvidas anteriormente à sua prisão, atividades profissionais das pessoas as quais o interno convivia, se possuía registro em CTPS;
- 3- Dados sobre o (s) crime (s) que foi condenado e está cumprindo pena: quais os crimes cometidos, e qual a relação entre eles;

- 4- Dados sobre sua prisão quanto ao crime tráfico ilícito de drogas: qual o motivo que o levou a participar do tráfico ilícito de drogas, o que o tráfico ilícito de drogas representa ao interno, se para o interno o tráfico ilícito de drogas é um trabalho;
- 5- Quais as suas perspectivas de emprego para quando cumprirem sua pena.

Atenciosamente,


Vivian Bertelli Ferreira de Oliveira

Acadêmica da 4ª série do curso de Serviço Social

RG nº 43.726.854-8 SSP/SP

APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____,
concordo em participar da entrevista com a acadêmica/pesquisadora Vívian Bertelli Ferreira de Oliveira do 4^a ano do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como parte indispensável a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

As informações prestadas serão tratadas de maneira confidencial e ética, assegurando que meu sigilo e identidade.

ASSINATURA DO SUJEITO DA PESQUISA

APÊNDICE 5 – TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Vivian Bertelli Ferreira, sob orientação da Profa. Ms. Mileni Alves Secon, comprometo-me a conduzir todas as atividades deste estudo de acordo com os termos do presente Termo de Consentimento.

Cascavel ____/____/____

Assinatura do(a) pesquisador(a) _____

ANEXOS

ANEXO 1 – NOTÍCIA DE JORNAL

Decisão do TJ-SP define que porte de droga não é crime

Tomada no dia 31 de março, decisão abre precedente para outros casos. Porte de drogas para consumo próprio está previsto como crime na Lei 11.343, de 2006.

Três magistrados da 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) absolveram, em 31 de março, um rapaz preso com 7,7 gramas de cocaína, segundo informações do jornal O Estado de S.Paulo. Eles entenderam que portar droga para consumo próprio não é crime.

Foi justamente da Corte mais conservadora do País que surgiu a decisão sobre a descriminação do uso de drogas. Ainda pode haver recurso para a decisão, tomada em segunda instância.

A maioria dos especialistas ouvidos pela publicação concorda com o entendimento do TJ. Segundo eles, trata-se da primeira decisão de segunda instância que descrimina o uso de drogas no Brasil, após a promulgação da Lei 11.343, em 2006, que mudou as penas e os crimes relativos a entorpecentes. A decisão vale para o caso de Lopes, mas abre precedente para que todos peçam o mesmo tratamento.

O relator do caso, juiz José Henrique Rodrigues Torres, da Vara do Júri de Campinas, convocado para atuar como desembargador em alguns casos, entendeu que classificar como crime o porte de drogas para consumo próprio é inconstitucional porque viola os princípios da ofensividade (não ofende a terceiros), da intimidade (trata-se de opção pessoal) e da igualdade (uma vez que portar bebida alcoólica não é crime).

Lopes foi flagrado pela polícia com três papétes de cocaína em 17 de fevereiro de 2007. Admitiu a posse da droga e argumentou que era para consumo próprio. Torres argumentou que apenas a quantidade de droga não é determinante para saber se alguém é traficante. No caso de Lopes, como a denúncia que o acusava de tráfico era anônima, o juiz entendeu que ela não tinha valor.

O porte de drogas para consumo próprio está previsto como crime no artigo 28 da Lei 11.343, de 2006, com pena de prestação de serviços à comunidade. Na opinião do juiz, porém, esse artigo é inconstitucional.

Para Torres, ao estabelecer que a droga é para “consumo próprio”, já não se pode falar em lesão a terceiros, mas em autolesão. “Não se pode admitir qualquer intervenção estatal, principalmente repressiva e de caráter penal, no âmbito das opções pessoais, máxime (principalmente) quando se pretende impor pauta de comportamento na esfera da moralidade”, afirmou.

Acesso em <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL534014-5605,00.html>

ANEXO 2 – AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO À REALIZAÇÃO DA PESQUISA



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE CASCAVEL
SERVIÇO SOCIAL

Ofício n.º 217/2008- DIAS

Cascavel, 18 de setembro de 2008.

Assunto: Autorização para estagiária realizar pesquisa científica

Prezada Senhora:

Venho por meio deste, em resposta ao Ofício 001/2008, autorizar a acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Vívian Bertelli Ferreira de Oliveira a realizar sua pesquisa científica neste estabelecimento, tendo acesso aos prontuários dos presos e entrevistando-os.

Respeitosamente,



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE CASCAVEL
SERVIÇO SOCIAL

Ofício n.º 217/2008- DIAS

Cascavel, 18 de setembro de 2008.

Assunto: Autorização para estagiária realizar pesquisa científica

Prezada Senhora:

Venho por meio deste, em resposta ao Ofício 001/2008, autorizar a acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Vívian Bertelli Ferreira de Oliveira a realizar sua pesquisa científica neste estabelecimento, tendo acesso aos prontuários dos presos e entrevistando-os.

Respeitosamente,

Juarez Alves Pereira
Diretor da PIC

A Senhora:
Mileni Alves Secon
Docente do Curso de Serviço Social
UNIOESTE

ANEXO 3 – RESPOSTA AO APÊNDICE 3

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – CCSS

Toledo, 29 de setembro de 2008.

A/C: Diretor da PIC – Juarez Alves Pereira

Venho por meio deste informar ao Senhor, conforme acordado, o conteúdo das questões que comporão a entrevista semi-estruturada com alguns presos deste estabelecimento, com a finalidade de contemplar o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica. Para tanto, segue as questões que nortearão a citada entrevista.

- 1- Dados de caracterização do interno: idade, escolaridade, estado civil, tempo de prisão;
- 2- Dados sobre atividades laborativas: profissão, atividades profissionais desenvolvidas anteriormente à sua prisão, atividades profissionais das pessoas as quais o interno convivia, se possuía registro em CTPS;
- 3- Dados sobre o (s) crime (s) que foi condenado e está cumprindo pena: quais os crimes cometidos, e qual a relação entre eles;

- 4- Dados sobre sua prisão quanto ao crime tráfico ilícito de drogas: qual o motivo que o levou a participar do tráfico ilícito de drogas, o que o tráfico ilícito de drogas representa ao interno, se para o interno o tráfico ilícito de drogas é um trabalho;
- 5- Quais as suas perspectivas de emprego para quando cumprirem sua pena.

Atenciosamente,

Vivian B.F. de Oliveira
Vivian Bertelli Ferreira de Oliveira

Acadêmica da 4ª série do curso de Serviço Social

RG nº 43.726.854-8 SSP/SP

1) Certo
 2) A DIAS/S. social para providências, quem tendo prorrogação ao número de meses se sendo ((máximo de cinco(05) meses)) e também quanto ao caráter voluntário do entrevistado e o esclarecimento sobre o objetivo do trabalho.

Juarez Alves Pereira
 Diretor - PIC